


2019

R & C E L A T Ó R I O O I O N T A S



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4	5. O NEGÓCIO DE CRUZEIROS	39
1. A ENAPOR - Portos de Cabo Verde	6	6. INVESTIMENTOS	41
1.1. Apresentação da Empresa	7	7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	43
1.2. Capital Social	8	8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	53
1.3. Órgãos Sociais	8	ANEXOS	55
1.4. Missão, Visão e Valores	9	1. Demonstrações Financeiras	56
1.5. Modelo de Gestão e Estrutura Organizacional	10	2. Anexo às Demonstrações Financeiras	61
2. ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO	11	9. RELATÓRIO DE AUDITORIA	97
3. O NEGÓCIO E O TRÁFEGO PORTUÁRIO	15	10. PARECER DO FISCAL ÚNICO	103
4. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES	25		
4.1. Comercial e Marketing	26		
4.2. Recursos Humanos	32		
4.3. Sistemas de Informação e Comunicação	35		
4.4. Gestão das Concessões	35		
4.5. Segurança, Saúde e Ambiente	37		



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Jorge Pimenta Maurício

A ENAPOR é uma imagem de reputação e de excelência, conseguida com o esforço de todos e com uma postura de profissionalismo, dedicação abnegada e com um forte sentido de serviço público portuário.

Somos por isso uma empresa de referência no país, mantendo uma aposta contínua na melhoria dos serviços portuários e logísticos aos níveis de recursos humanos, inovação e desenvolvimento.

A forma sustentada como aumentamos o tráfego portuário e o volume de negócios, são sinónimos da capacidade e flexibilidade de uma gestão competente, profissional, atenta aos detalhes, às necessidades do mercado e com uma ampla visão sobre o presente e o futuro.

2019 foi mais um ano intenso de muito labor, de grandes reformas, com especial destaque para um moderno e simplificado modelo tarifário, a implementação da Contabilidade Analítica, o lançamento de um moderno sistema de boletim estatístico, o início de grandes projectos como por exemplo a expansão e modernização do porto Inglês, na ilha do Maio, aquisição de um novo rebocador “Praia Maria”, aprovação de projectos emblemáticos, como o “Floating Music Hub do Mindelo”, lançamento do concurso público para a instalação e gestão de Centros de Logística de Mercadorias para as ilhas de S. Vicente e Santiago, subconcessão do Cais de Pesca da Praia, entre outras importantes realizações.

Foi um ano de estabilidade socio-laboral, a dignificar permanentemente o relacionamento interpessoal, melhoria de competências técnicas e onde os Recursos Humanos beneficiaram de uma marcante acção de “Team Building”.

Alinhada com os ODS 2030, particularmente o ODS 5 relativo à igualdade de género, em 2019 a empresa acolheu em Mindelo

um importante evento que reuniu cerca de setenta mulheres profissionais de vários portos dos países da África Ocidental e Central: O seminário Internacional da Rede de Mulheres Marítimas e Portuárias da AGPAOC – Associação de Gestão dos Portos da África Ocidental e Central.

A ENAPOR continuará a ser atraente por forma a que todos os talentos queiram trabalhar connosco e fortificar as equipas técnicas.

As próximas etapas do desenvolvimento portuário serão desafiantes e os trabalhadores deverão estar preparados para acompanhar com entusiasmo e ambição.

O Principal Capital da empresa é o Humano. Por isso a política de comunicação continua a privilegiar colaboradores bem informados, para aumentar os níveis de motivação, fazendo-os sentir responsáveis pelos destinos e objectivos da empresa, prontos a vibrarem com os sucessos corporativos e disponíveis para defender a empresa em momentos menos favoráveis.

Destaca-se os múltiplos projectos de desenvolvimento portuário executados e em curso, um pouco por todos os portos do país, o que contribui imenso para a missão de ligar as ilhas e ligá-las ao mundo.

Continuaremos como uma autoridade portuária facilitadora, parceira e mediadora dos diferentes interesses económicos e sociais.

Podemos por isso orgulhar-nos de poder continuar a acreditar num futuro próspero, alicerçado nos valores intrínsecos que nos caracterizam e sobre os quais cultivamos e preservamos relações de excelência com todos os nossos clientes, fornecedores e parceiros de negócios.

01

ENAPOR - PORTOS
DE CABO VERDE



WWW.ENAPOR.CV

1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA



Enapor

Portos de Cabo Verde

Unindo as ilhas e ligando-as ao mundo

Criada a 1 de Setembro de 1982, a ENAPOR é uma sociedade anónima de capitais públicos, detidos directa e exclusivamente pelo Estado de Cabo Verde.

A sociedade, enquanto concessionária-geral dos portos, tem por objecto a administração, gestão e exploração económica dos portos de Cabo Verde, terminais e zonas de jurisdição portuária, cuidando da sua conservação, planeamento e desenvolvimento, o que abrange o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

O portfólio da Empresa é constituído por serviços de pilotagem, reboque, amarração/desamarração, atracação/desatracação, equipamentos, tráfego de mercadorias, armazenagem, fornecimento de energia e de água e bunkering.

A Empresa está presente nas 9 ilhas habitadas do país, unindo-as e ligando-as ao mundo, através de infra-estruturas que garantem a prestação de serviços com a qualidade e a segurança almejadas.

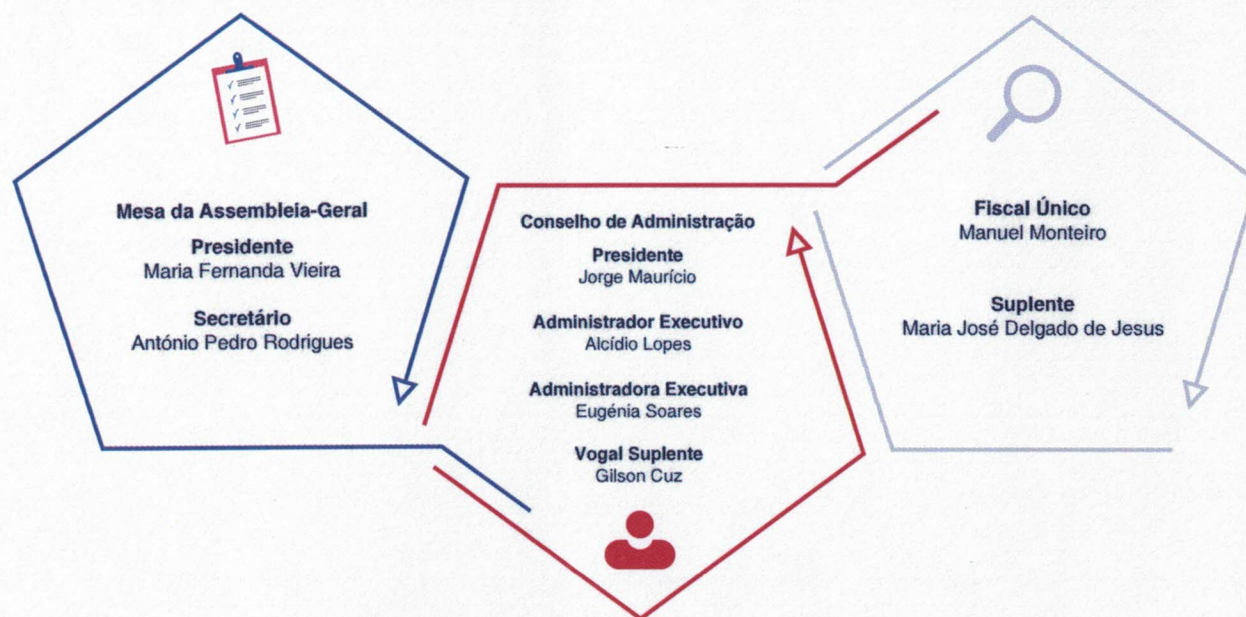
Com 37 anos no mercado, a ENAPOR é uma das referências do sector empresarial cabo-verdiano, assentando o seu sucesso em profissionais qualificados e motivados, movidos pelo espírito de equipa e foco no cliente.

1.2. CAPITAL SOCIAL

Em Setembro de 1982, data da sua criação, a ENAPOR contava com um capital social de 750.000 mECV que, em 2009, foi aumentado para 1.200.000 mECV, pertencentes ao Estado de Cabo Verde, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelos valores integrantes do seu património, o que espelha o crescimento sustentado da Empresa ao longo dos anos.

1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de governo societário em vigor na ENAPOR compreende uma estrutura organizativa constituída pela Assembleia-Geral, pelo Conselho de Administração e por um Fiscal Único, com poderes conferidos pelos Estatutos da Empresa, Estatuto do Gestor Público e leis aplicáveis ao sector público empresarial.



1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Garantir a prestação de serviços eficientes e de qualidade aos clientes dos portos de Cabo Verde, assegurada por profissionais qualificados e motivados, com base em infra-estruturas e equipamentos adequados, com segurança e respeitando o ambiente e os requisitos técnicos mínimos estabelecidos, de maneira a potenciar a unificação do mercado interno e a sua integração competitiva na economia mundial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do país.

Fazer dos portos nacionais o elo privilegiado de unificação do mercado interno, a "âncora" da economia marítima nacional e um centro de prestação de serviços marítimo-portuários de referência internacional no Atlântico Médio, concorrendo activamente para a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global.

VISÃO

VALORES

Ambiente: a integração e sustentabilidade ambiental das operações é um valor de dignidade corporativa.

Cliente: ter o cliente como o valor primeiro da nossa razão ser.

Inovação: procurar sempre a inovação com vista a uma maior competitividade.

Responsabilidade Social: além do desenvolvimento das nossas actividades económicas, que devem desenrolar-se de forma socialmente equilibrada e em benefício dos cidadãos em geral, procura-se reservar uma atenção especial ao bem público e ao bem-estar e segurança dos nossos colaboradores, contribuindo para a evolução sustentável do país por via da intervenção comunitária, através da promoção de acções de sensibilização da consciência ambiental e cívica.

Rigor: incrementar o nível individual de aperfeiçoamento em todas as execuções e exercícios das actividades portuárias.

Segurança: é um imperativo do sector marítimo e portuário.

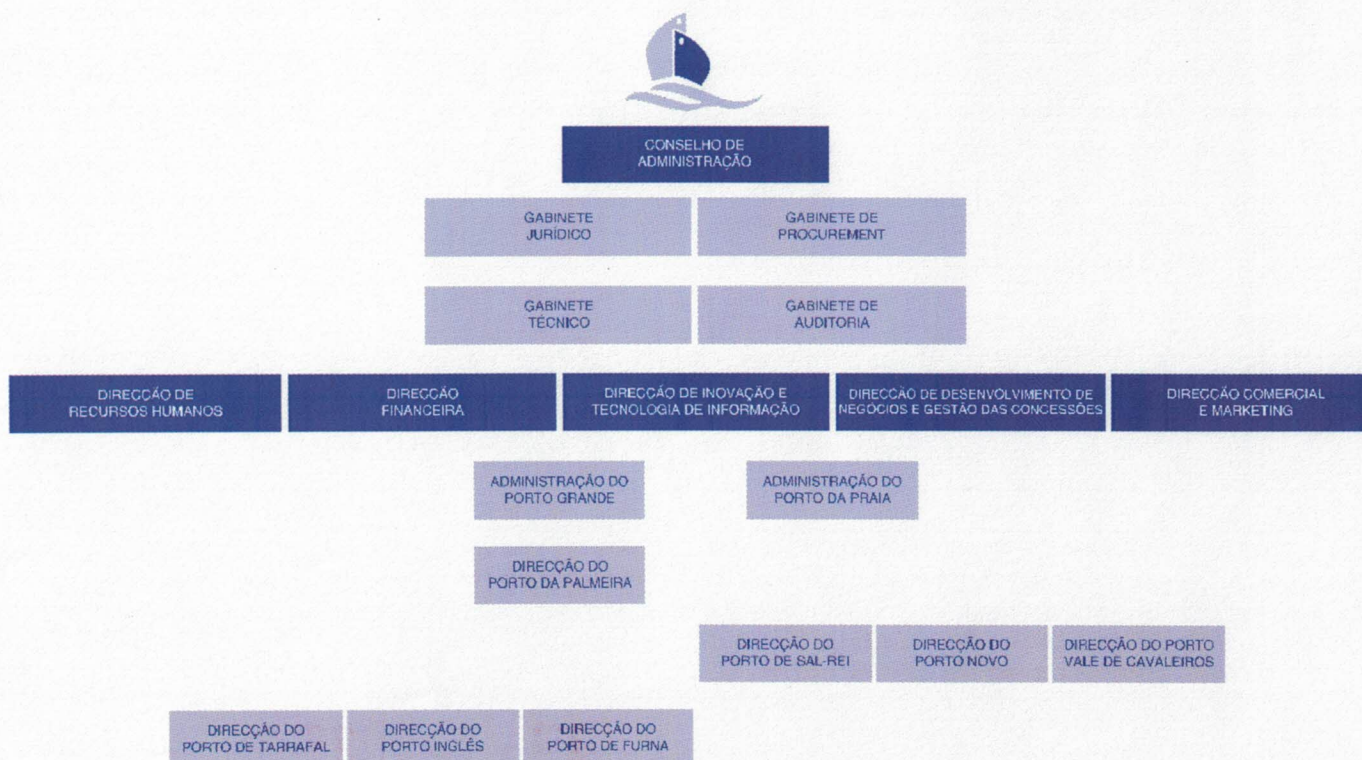
Transparência: promover a transparência nos procedimentos com os nossos stakeholders.

1.5. MODELO DE GESTÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração adopta para a ENAPOR um modelo de gestão holística, convicto de que a Empresa não deve ser vista como um conjunto de departamentos que executam actividades isoladas, mas, sim, como um corpo único, aberto e em constante interacção, com sentido da “humanização do trabalho”, ambição colectiva, orientado para os resultados e alinhado com a cultura da própria Empresa.

Assim, pretende-se que a estrutura organizacional da ENAPOR seja ágil e capaz de responder prontamente aos desafios actuais.

ORGANOGRAMA:





02

ENQUADRAMENTO
DO NEGÓCIO



Ao longo do último ano, observou-se uma desaceleração do crescimento mundial, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). A economia cresceu num ritmo mais fraco, estabelecendo-se nos 2,9% (0,8 pontos percentuais a menos em comparação com o ano de 2018), reflectindo tendências comuns entre os diversos países.

No que se refere à Zona Euro, as estimativas preliminares do Eurostat apontam para o crescimento em volume do seu Produto Interno Bruto (PIB) em 1,3% no primeiro semestre, menos 1,1 pontos percentuais do que em período homólogo. O desempenho económico menos conseguido do principal parceiro do país é reflexo da moderação das exportações, do investimento e do consumo privados, associado, ainda, aos efeitos, em dissipação, do ajustamento da indústria automobilística às novas normas de emissão de CO₂ (em particular nos investimentos e nas exportações), bem como aos impactos nas decisões das empresas e famílias do prolongado e conturbado processo do Brexit e das tensões comerciais e tecnológicas entre os EUA e a China. As greves, os protestos e as incertezas políticas também afectaram negativamente a confiança e as decisões dos agentes económicos da região

e, em consequência, a dinâmica da actividade económica.

A actividade económica dos EUA, outro importante parceiro económico do país, também enfraqueceu no primeiro semestre do ano, ressentindo-se, em larga medida, das consequências (na cadeia de produção e na retaliação por parte da China) da sua política de subida de tarifas aduaneiras sobre produtos tecnológicos importados daquele país asiático. A redução das exportações, bem como a moderação do investimento e do consumo privado determinaram o abrandamento do crescimento da maior economia do mundo em 0,6 pontos percentuais em termos homólogos, para 2,5% no primeiro semestre.

O PIB em volume do Reino Unido cresceu em termos homólogos 1,5% até Junho, mais 0,3 pontos percentuais do que em igual período do ano passado, com o aumento dos contributos do consumo público e das exportações. O sentimento dos empresários e a execução de projectos de investimento continuaram a ser penalizados pelas incertezas que rodeiam o processo do Brexit, agravadas com o seu adiamento de Março para Outubro e com a probabilidade de um não acordo com a Comissão Europeia.

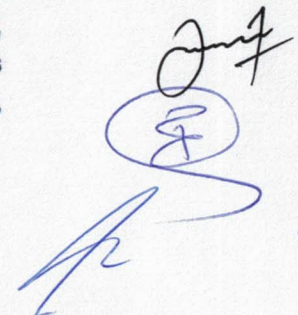


O contexto externo continuou a favorecer a economia nacional na primeira metade do ano, não obstante a intensificação das tensões comerciais e tecnológicas entre os EUA e a China, bem como o adiamento e a amplificação das incertezas que envolvem o processo de saída do Reino Unido da União Europeia. Se, por um lado, o crescimento económico dos principais parceiros abrandou, por outro, os seus mercados de trabalho continuaram a evoluir favoravelmente e as pressões da inflação importada nos preços internos reduziram. No plano interno, a conjuntura macroeconómica permaneceu favorável, de acordo com as estatísticas e os indicadores disponíveis. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB em volume cresceu 5,7% no primeiro semestre (3,9% no primeiro semestre de 2018), impulsionado, principalmente, pelas dinâmicas de administração pública, impostos líquidos de subsídios, comércio, imobiliária e outros serviços e construção, enquanto a inflação média anual se fixou nos 1,2% em agosto (1,3% em Dezembro de 2018). A balança corrente registou um excedente de 0,5% do PIB no primeiro semestre (o que se compara ao défice de 1,8% do primeiro semestre de 2018), reflexo, sobretudo, da melhoria da balança comercial (de bens e serviços). O bom desempenho das contas externas resultou na acumulação das reservas internacionais líquidas

do país na ordem dos 41 milhões de euros. Estas passaram a cobrir, a 30 de Junho de 2019, 5,85 meses.

A boa performance da balança corrente reflectiu-se na redução do défice da balança comercial de bens e serviços (na ordem dos 31% em termos homólogos), determinada pelo aumento sustentado das exportações dos serviços de viagens e de transporte, pela procura turística tradicional, assim como pela realização no país de eventos políticos e desportivos regionais, que resultaram num aumento das receitas de viagens em 11%. As remessas dos emigrantes cresceram 0,9% em termos homólogos, impulsionadas pelo crescimento das remessas em divisas provenientes dos EUA, de França e do Reino Unido, que compensaram a diminuição das remessas de Portugal, Países Baixos e Itália. Entretanto, as transferências oficiais diminuíram 3%, com a redução de donativos directos ao Governo.

Segundo a OMC – Organização Mundial de Comércio, o comércio de mercadorias no segundo trimestre de 2019 cresceu apenas 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No comércio marítimo, segundo prospecção da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento),





espera-se uma taxa média anual de crescimento de 3,4%, no período 2019-2024, impulsionada, em particular, pelo crescimento de cargas em contentores, de granel seco e de granel líquido.

Considerando o desempenho moderado da economia mundial, da economia nacional, bem como do comércio marítimo internacional, houve um abrandamento na

dinâmica de crescimento da ENAPOR, embora a Empresa tenha alcançado, no final do ano de 2019, um total de 2,6 milhões de toneladas de mercadorias movimentadas em todos os portos nacionais, o que equivale a um crescimento de 2,7% face ao ano anterior ■



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



03

O NEGÓCIO E O
TRÁFEGO PORTUÁRIO



• **Movimento de Navios**

Comparativamente ao ano de 2018, registou-se uma diminuição da entrada de navios nos portos nacionais, correspondendo a uma variação de 1,0%. No total, entraram 7863 navios nos portos.

Total de Navios – Portos Nacionais (Anual)						
Portos	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018	Variação 19/18		Quota de Mercado dos Portos	
	Nº Navios	Nº Navios	Abs.	%	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018
Porto Novo	1 336	1 495	-159	↓ -10,6%	17%	18,8%
Porto Grande	2 796	2 954	-158	↓ -5,3%	36%	37,2%
Porto Tarrafal	386	329	57	↑ 17,3%	5%	4,1%
Porto de Palmeira	586	555	31	↑ 5,6%	7%	7,0%
Porto Sal-Rei	424	342	82	↑ 24,0%	5%	4,3%
Porto Inglês	194	218	-24	↓ -11,0%	2%	2,7%
Porto da Praia	1 189	1 189	0	↓ 0,0%	15%	15,0%
Porto Vale de Cavaleiros	622	547	75	↑ 13,7%	8%	6,9%
Porto Fuma	330	312	18	↑ 5,8%	4%	3,9%
TOTAL	7 863	7 941	-78	↓ -1,0%	100%	100%

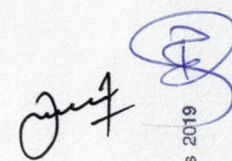
Destacaram-se, com mais escalas de navios, o Porto Grande (2796), o Porto Novo (1336) e o Porto da Praia (1189).

24

• **Movimento de Mercadorias**

O movimento de mercadorias no conjunto dos portos de Cabo Verde tem crescido cada vez mais nos últimos anos, mantendo-se os contributos provenientes do Porto Grande, Porto da Praia e Porto da Palmeira como os mais significativos.

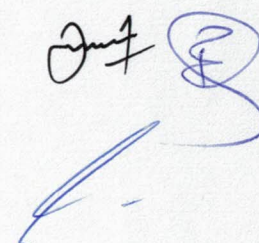
Movimento de Mercadorias nos Portos Nacionais (Anual)							
Portos	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018	Variação 19/18		Quota de Mercado dos Portos		
	UNID. TON		Abs.	%	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018	
Porto Novo	127.619	127.366	253	↑ 0,2%	5%	4,9%	
Porto Grande	968.558	966.351	2.207	↑ 0,2%	36%	37,2%	
Porto Tarrafal	26.627	24.527	2.100	↑ 8,6%	1%	0,9%	
Porto de Palmeira	375.733	334.661	41.072	↑ 12,3%	14%	12,9%	
Porto Sal-Rei	97.672	109.076	-11.404	↓ -10,5%	4%	4,2%	
Porto Inglês	12.943	11.584	1.359	↑ 11,7%	0%	0,4%	
Porto da Praia	968.124	942.503	25.621	↑ 2,7%	36%	36,3%	
Porto Vale de Cavaleiros	71.732	66.149	5.583	↑ 8,4%	3%	2,5%	
Porto Furna	18.245	13.722	4.523	↑ 33,0%	1%	0,5%	
TOTAL	2.667.254	2.595.939	71.315	↑ 2,7%	100%	100%	




O movimento global de mercadorias, incluindo combustíveis movimentados em *pipelines* e *sealines*, atingiu no período em análise 2 667 254 toneladas, registrando um aumento de 2,7% face ao mesmo período do ano anterior, o que traduz em termos absolutos um acréscimo de 71 315 toneladas de mercadorias.

No tráfego de cabotagem, a ENAPOR atingiu a marca simbólica de 1 milhão de toneladas de carga, o que corresponde a um crescimento de 4,6% em relação ao ano de 2018. Já o tráfego de longo curso, registou um aumento de 1,7%.

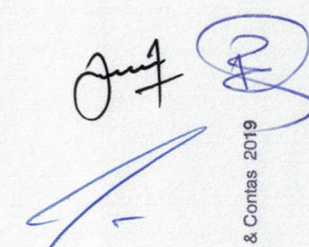
Movimento de Mercadorias por Tipo de Navegação (Anual)				
Navios	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018	Variação 19/18	
	UNID. TON		Abs.	%
Longo Curso	1.664.754	1.637.539	27.215	↑ 1,7%
Cabotagem	1.002.499	958.396	44.103	↑ 4,6%
Total	2.667.253	2.595.936	71.317	↑ 2,7%



• **Movimento de Mercadorias - Tipo de Navio**

Analisando o movimento de mercadorias por tipo de navio, constata-se que houve um decréscimo nos navios de carga geral e de granel líquido, tendo havido um crescimento sustentado em navios dos tráfegos de contentores e de pesca.

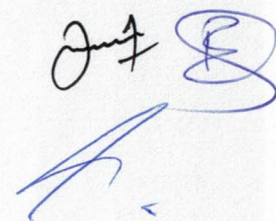
Movimento de Mercadorias por Tipo de Navio (Anual)				
Grupos de Mercadorias	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018	Variação 19/18	
	UNID. TON		Abs.	%
Carga Geral	1.056.121	1.123.127	-67.006	↓ -6,0%
Granel Líquido	758.430	784.448	-26.018	↓ -3,3%
Contentores	806.546	650.673	155.873	↑ 24,0%
Pesca	45.901	37.679	8.222	↑ 21,8%
Diversos	255	9	246	↑ 2733,3%
Total	2.667.253	2.595.936	71.317	↑ 2,7%



• **Movimento de Contentores**

Movimento de Contentores por Tipo de Navegação (Anual)								
	Jan – Dez 2019		Jan – Dez 2018		Variação 19/18			
	TON	TEU	TON	TEU	TON		TEU	
					Abs.	%	Abs.	%
Longo Curso	704 027	74 295	674 980	72 670	29 047	4,3%	1625	2,2%
Cabotagem	210 857	19 421	136 184	12 971	74 674	54,8%	6450	49,7%
Total	914 884	93 716	811 164	85 641	103 721	12,8%	8075	9,4%

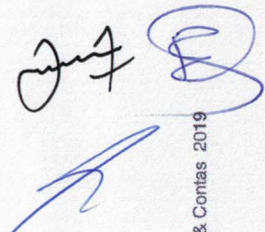
Relativamente ao movimento de contentores, registou-se um aumento total de 9,4%, sendo 2,2% na navegação de longo curso e 49,7% na navegação de cabotagem.



• **Movimento de Cruzeiros**

No ano de 2019, escalaram os portos nacionais 147 navios de cruzeiro, trazendo um total de 49 860 passageiros para visitar as ilhas de Cabo Verde. Os portos que mais contribuíram para esse número foram o Porto Grande e o Porto da Praia, com uma quota de mercado de, respectivamente, 52% e 31%. É de se realçar o aumento significativo de passageiros no Porto Grande, que se traduz em 14,5%.


Total de Navios de Cruzeiro – Portos Nacionais (Anual)						
Portos	Jan – Dez 2019	Jan – Dez 2018	Variação 19/18		Quota de Mercado dos Portos	
	N.º Navios	N.º Navios	Abs.	%	Jan – Dez 2019	Jan – Dez 2018
Porto Novo	19	22	-3	-13,6%	3%	3,4%
Porto Grande	55	54	1	1,9%	8%	8,2%
Porto do Tarrafal	7	11	-4	-36,4%	1%	1,7%
Porto da Palmeira	14	20	-6	-30,0%	2%	3,1%
Porto de Sal-Rei	7	14	-7	-50,0%	1%	2,1%
Porto Inglês	0	3	-3	-100,0%	0%	0,5%
Porto da Praia	31	44	-13	-29,5%	5%	6,7%
Porto de Vale de Cavaleiros	13	24	-11	-45,8%	2%	3,7%
Porto da Furna	1	7	-6	-85,7%	0%	1,1%
TOTAL	147	199	-52	-26,1%	21%	30%



• **Movimento de Passageiros**

Quanto ao movimento de passageiros, no tráfego de cabotagem, no ano de 2019, a ENAPOR atingiu a marca de 1 019 245 passageiros nos portos de Cabo Verde, o que representa um aumento de 9,1%.

Movimento de Passageiros nos Portos Nacionais – Tráfego de Cabotagem (Anual)						
Portos	Jan – Dez 2019	Jan – Dez 2018	Variação 19/18		Quota de Mercado dos Portos	
			Abs.	%	Jan – Dez 2019	Jan – Dez 2018
Porto Novo	342 159	337 278	4881	1,4%	34%	36,1%
Porto Grande	369 344	357 813	11 531	3,2%	36%	38%
Porto do Tarrafal	29 705	21 600	8105	37,5%	3%	2,3%
Porto da Palmeira	21 924	13 098	8826	67,4%	2%	1,4%
Porto de Sal-Rei	20 656	6075	14 581	240,0%	2%	0,6%
Porto Inglês	40 486	34 345	6141	17,9%	4%	3,7%
Porto da Praia	105 895	85 164	20 731	24,3%	10%	9,1%
Porto de Vale de Cavaleiros	60 673	53 049	7624	14,4%	6%	5,7%
Porto da Furna	28 403	26 220	2183	8,3%	3%	2,8%
TOTAL	1 019 245	934 642	84 603	9,1%	100%	100%



Movimento de Passageiros nos Portos Nacionais - Navios de Cruzeiros (Anual)						
Portos	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018	Variação 19/18		Quota de Mercado dos Portos	
			Abs.	%	Jan - Dez 2019	Jan - Dez 2018
Porto Novo	4.406	2.247	2.159	↑ 96,1%	9%	4,8%
Porto Grande	25.966	22.672	3.294	↑ 14,5%	52%	48,2%
Porto Tarrafal	563	761	-198	↓ -26,0%	1%	1,6%
Porto de Palmeira	1.824	813	1.011	↑ 124,4%	4%	1,7%
Porto Sal-Rei	325	458	-133	↓ -29,0%	1%	1,0%
Porto Inglês	0	257	-257	↓ -100,0%	0%	0,5%
Porto da Praia	15.527	18.200	-2.673	↓ -14,7%	31%	38,7%
Porto Vale de Cavaleiros	1.209	1.384	-175	↓ -12,6%	2%	2,9%
Porto Furna	40	288	-248	↓ -86,1%	0%	0,6%
TOTAL	49.860	47.080	2.780	↑ 5,9%	100%	100%
TOTAL PASSAGEIROS 2019	1 071 263	981 842	89 421	9,1%	—	—

Da análise do tráfego de passageiros por porto, constata-se que se manteve o crescimento no tráfego de cabotagem e no de cruzeiros. No tráfego de cabotagem, o Porto Grande e o Porto Novo são os portos onde se regista um maior número de movimento de passageiros, respectivamente, com 369 344 e 342 159 passageiros.

[Handwritten signature]

• **Movimento de Navios Internacionais de Pesca**

Em 2019, o transbordo de pescado totalizou 43.606 toneladas, ou seja, mais 7.951 toneladas (22,3%) que no ano anterior, igualando o volume máximo atingido em 2016.

Navios de Pesca						Var. 19/18	
	2015	2016	2017	2018	2019	Qt.	%
Quantidade	282	273	352	367	375	8	3%
Transbordo PescadoTons	22.549	43.531	29.006	35.655	43.606	7.951	22%

O transbordo de pescado movimentado em 2019 sofreu, conforme já comentado, uma evolução bastante positiva face ao ano de 2018, traduzido num aumento expressivo de 22%, o equivalente a mais 7.951 toneladas. Foram movimentados 927 TEU com pescado, mais 41 TEU que o ano anterior, em linha com a tonelagem de pescado manuseada em 2019.

O número de contentores de 20 pés movimentado foi praticamente igual ao do ano anterior (-1), enquanto os contentores de 40 pés tiveram um razoável crescimento, ou seja, mais 21 que em 2018, o equivalente a 5% em termos percentuais.

Do total de pescado movimentado em 2019, 31.630 toneladas respeitaram ao transbordo nos cais e 4.026 ao transbordo ao largo.

Em 2019 movimentaram-se 12.808 toneladas de pescado congelado e ultracongelado, sensivelmente a mesma quantidade que em 2018 (-326 toneladas).

Já no que tange ao pescado congelado em salmoura, houve um crescimento expressivo de 8.277 toneladas, ao se ter movimentado 31.124 toneladas contra as 22.847 toneladas transbordadas em 2018.



04

ENQUADRAMENTO
DAS ACTIVIDADES

4.1. COMERCIAL E MARKETING

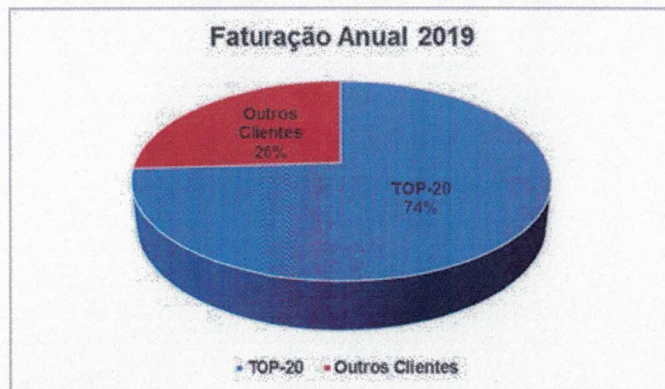
O ano de 2019 foi marcado por algumas mudanças na área comercial, com a entrada em vigor do novo Regulamento Tarifário da ENAPOR. Esta reestruturação foi motivada principalmente pelos avanços técnicos e tecnológicos, procurando acompanhar as grandes transformações no que diz respeito ao desenvolvimento global dos portos, nomeadamente em termos de infra-estruturação, segurança, gestão e exploração, visando a simplificação da estrutura tarifária e a redução gradual dos custos portuários (em 2019, em torno de 5,4%). Também, com a entrada em vigor do Customer Relationship Management (CRM) para clientes, foi lançada no site da ENAPOR a funcionalidade “cliente portuário”, com a qual os clientes passaram a ter acesso às suas contas correntes e facturas. Foi feita a apresentação desta funcionalidade aos clientes e parceiros portuários, tendo a ENAPOR recebido um feedback muito positivo quanto à pertinência e modernidade da ferramenta, que veio a melhorar a relação com os clientes.

Faturação Anual da ENAPOR - 2019

No ano de 2019, registou-se um ligeiro decréscimo de 0,3% na facturação da Empresa, quando comparada com a do ano de 2018, que se traduz em mais 3.190.421 mECV. Este decréscimo ligeiro pode ser justificado pela reestruturação tarifária levada a cabo desde finais de Maio, a qual já estava prevista, uma vez que se pretendia reduzir os custos portuários de modo a torná-los mais competitivos.

Os *key account clients* (20 maiores clientes) representaram **74%** do volume global de negócios da ENAPOR em 2019, ou seja, cerca de 2.446.108 mECV, demonstrando a sua imensa relevância na formação dos rendimentos globais da Empresa.

Os primeiros 10 clientes que compõem esta lista representam **82%** do valor total da facturação da Empresa, o que exige da área comercial uma gestão mais eficiente das suas necessidades e controlo de crédito.



[Handwritten signature and initials]

Acções de Marketing Interno

No que se refere à área de marketing e imagem, durante o ano de 2019, enquadradas no Plano Comercial e de Marketing da ENAPOR, foram realizadas actividades com base em objectivos pré-definidos, permitindo uma melhor performance corporativa, divididas em três principais áreas, a saber:

- Acções de Marketing Interno ou Endomarketing;
- Acções de Marketing e de Reforço da Imagem a Nível Nacional e Internacional;
- Marketing Social (patrocínios).

O público interno é um dos factores de sucesso das empresas e necessita de ser motivado e envolvido de modo a que a mensagem que se transmita sobre a Empresa seja sempre positiva, visto que é o maior veículo de promoção.

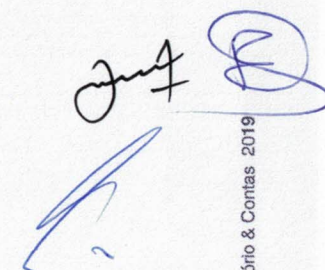
Realizaram-se diversas acções direccionadas para o público interno, que contaram com a colaboração da Direcção Comercial e de Marketing:

• Jornadas Portuárias

Durante os dias 27 e 28 de Março, realizaram-se na ilha do Fogo as Jornadas Portuárias 2019, nas quais marcaram presença todas as chefias das diferentes estruturas portuárias.

Sob o lema 'Portos de Cabo Verde – Gerar Oportunidades & Promover Negócios', a realização das referidas jornadas visou aproximar e criar oportunidades para todos os portos.

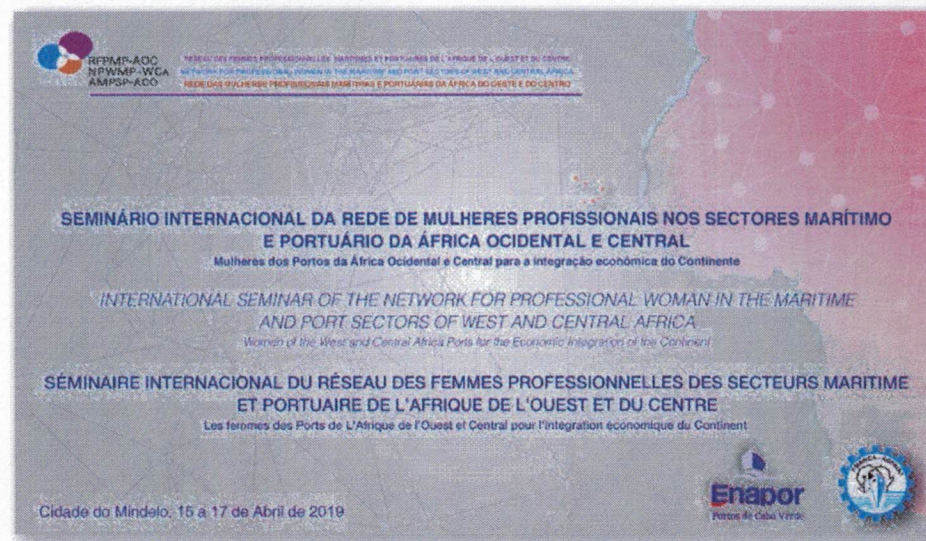
Durante os dois dias, foram apresentados pelos responsáveis da Empresa diversos temas de interesse para os portos e as suas estruturas, promovendo o necessário debate e alinhamento, objectivando sempre ter uma ENAPOR uma para que a qualidade dos serviços seja igual em qualquer estrutura portuária.





- **Seminário Internacional da Rede de Mulheres Profissionais dos Sectores Marítimo e Portuário da África Ocidental e Central**

Realizou-se entre os dias 15 e 17 de Abril, na cidade do Mindelo, o Seminário Internacional da Rede de Mulheres Profissionais dos Sectores Marítimo e Portuário da África Ocidental e Central, com a presença de várias entidades da área portuária, sob o lema 'Mulheres dos Portos da África Ocidental e Central para a Integração Económica do Continente'.



[Handwritten signature]

Acções de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Nacional e Internacional

Um dos grandes objectivos da ENAPOR é o reforço do relacionamento com as comunidades locais espalhadas por todo o país. O envolvimento das comunidades nas diversas iniciativas levadas a cabo pela Empresa tem um impacto directo no desenvolvimento das relações de confiança e na solidificação do relacionamento com os clientes, utilizadores e público em geral.

Por outro lado, a internacionalização das actividades empresariais constitui, na actualidade, um dos principais pilares das orientações da política económica, sendo-lhe reconhecida o estatuto de factor de competitividade, para além de ser considerada uma exigência, como forma de consolidar posições em mercados altamente competitivos.

• FIC 2019 - Mindelo

A ENAPOR – Portos de Cabo Verde participou na XXIII edição da Feira Internacional de Cabo Verde, que se realizou na cidade do Mindelo de 13 a 16 de Novembro de 2019, sob o lema ‘Cabo Verde, uma economia de circulação no Atlântico Médio’. A ENAPOR marcou presença mais uma vez no evento, expondo a sua imagem institucional e partilhando todas as informações sobre os portos de Cabo Verde. Do layout do stand produzido internamente, destacavam-se três dos portos – Porto Novo, Porto Grande e Porto de Sal-Rei –, identificando-se os três tráfegos (base logística de navios de pesca, transbordo de contentores e destino de cruzeiros) e os serviços portuários oferecidos aos clientes.



• Expomar 2019 - Mindelo

A VIII edição da Expomar – Feira Monográfica, Náutica e Pesqueira da CVOW realizou-se de 25 a 29 de Novembro na cidade do Mindelo. A ENAPOR – Portos de Cabo Verde participou, na qualidade de expositor, com um stand que se centrou na temática dos contentores, um dos tráfegos mais importantes da Empresa.



• Participação na Seatrade Cruise Global 2019

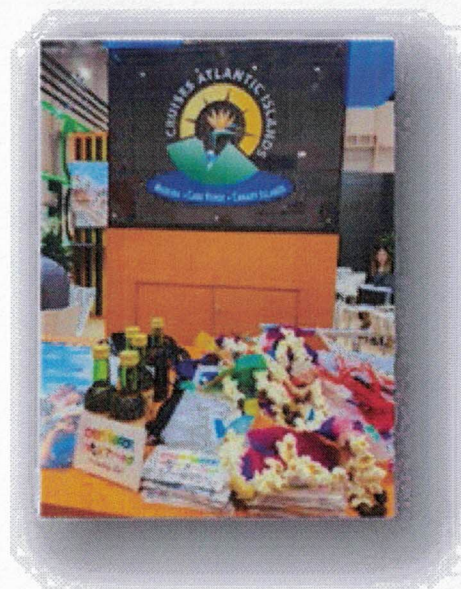
A ENAPOR – Portos de Cabo Verde marcou presença, de 8 a 11 de Abril, em Miami, num dos maiores eventos da indústria de cruzeiros, a Seatrade Cruise Global 2019. Os portos de Cabo Verde participaram no evento tendo como linha orientadora a promoção de Cabo Verde como destino turístico de cruzeiros, procurando alargar a sua rede de networking e de negócios com todos os parceiros da indústria de cruzeiros.

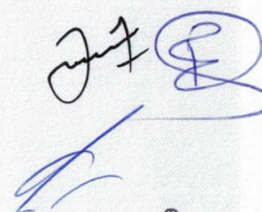


Handwritten signature and initials in blue ink.

- **Participação na Seatrade Cruise Global 2019 - Hamburgo**

A Seatrade Cruise Europe 2019 realizou-se nos dias 11 a 13 de Setembro, em Hamburgo, na Alemanha. Sendo um dos maiores eventos da indústria de cruzeiros, a ENAPOR, uma vez mais, marcou a sua presença, como parceiro da Cruises Atlantic Islands (CAI). Trata-se sempre de uma oportunidade de promoção de Cabo Verde como destino turístico, procurando alargar a sua rede de networking e de negócios com os parceiros desta indústria.





4.2. RECURSOS HUMANOS

Caracterização do Efectivo

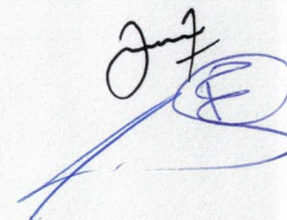
No último ano, registaram-se saídas em 6 das 10 estruturas da Empresa. Do total de 38 saídas, 17 deveram-se a caducidade do contrato, 9 a reforma por limite de idade (para colaboradores com contrato por tempo indeterminado), 6 a rescisão/desvinculação, 4 a reforma devido a problemas de saúde e 2 a falecimento.

Estágios

Dando seguimento a parcerias com outras organizações, instituições e com a sociedade civil, proporcionaram-se estágios profissionais para recém-formados e estágios curriculares para formandos. No decorrer de 2019, iniciaram estágio na Empresa 60 jovens, de acordo com a tabela seguinte:

Estruturas	Estágio Profissional	Estágio Curricular	Total
Administração Central	13		13
Administração do Porto Grande	20	4	24
Administração do Porto da Praia	22		22
Administração do Porto Novo	1		1
Total	56	4	60

As administrações do Porto Grande e do Porto da Praia foram as estruturas que mais estagiários receberam, perfazendo 77% do total. Dos 56 estágios remunerados, 49 desenvolveram-se no âmbito do Programa PEPE – Programa de Estágio Profissional Empresarial.



Formação e Capacitação


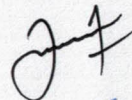

Para o ano de 2019, a ENAPOR programou a realização de 37 (trinta e sete) acções de formação, sendo 28 (vinte e oito) nacionais e 9 (nove) internacionais.

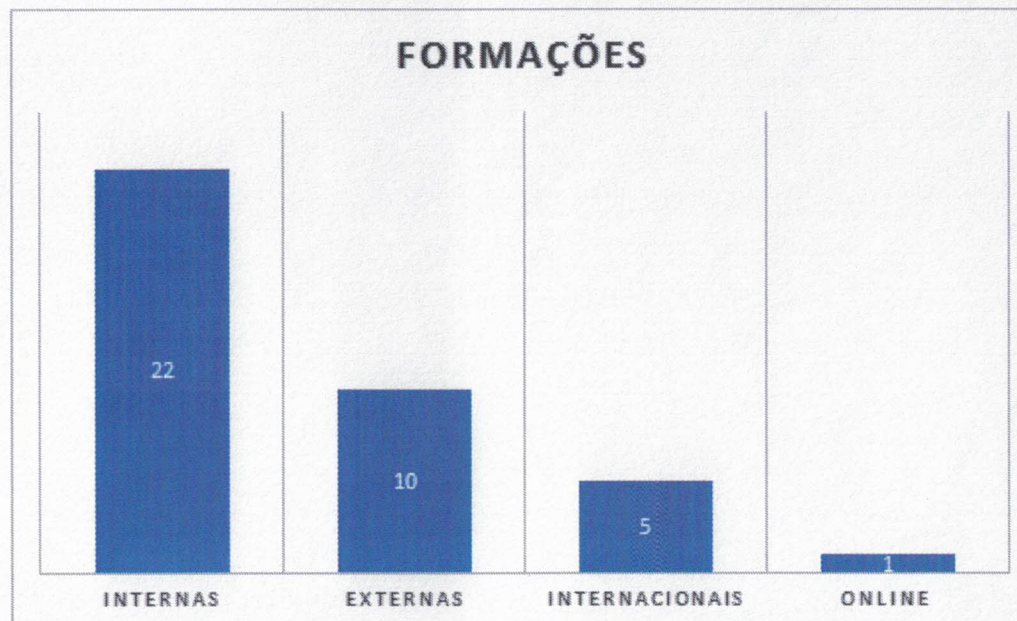
As formações foram planeadas para um montante de 14 510 000 ECV (catorze milhões, quinhentos e dez mil escudos cabo-verdianos), com 10 510 000 ECV (dez milhões, quinhentos e dez mil escudos cabo-verdianos) direccionados para as nacionais e 4 000 000 ECV (quatro milhões de escudos cabo-verdianos) para as internacionais.

Foram gastos no 1.º semestre 8 021 585,76 ECV (oito milhões, vinte e um mil, quinhentos e oitenta e cinco escudos cabo-verdianos e setenta e seis centavos) e no 2.º semestre 5 435 308,06 ECV (cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e oito escudos cabo-verdianos e seis centavos). Perfez-se, assim, um total de 13 456 893,82 ECV (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e três escudos cabo-verdianos e oitenta e dois centavos), com um remanescente de 1 053 106,18 ECV (um milhão, cinquenta e três mil, cento e seis escudos cabo-verdianos e dezoito centavos), que não foram usados.

Os custos de formação correspondem aos custos pagos pela prestação das formações seja por formadores internos (técnicos da Empresa) ou externos (dentro ou fora do país), enquanto os custos das deslocações englobam as deslocações dos formandos e formadores para as estruturas nas quais decorreram as acções de formação, abrangendo ajudas de custo, bilhetes de passagens, vistos, viaturas, lanches e materiais didácticos (cadernos, canetas, etc.) usados nas referidas formações.

Das 37 acções de formação aprovadas, realizam-se somente 13 (treze). Contudo, houve lugar a 25 (vinte e cinco) acções de formação não planeadas, ministradas, na sua totalidade, por entidades privadas e/ou colectivas nacionais e internacionais e por quadros técnicos da Empresa.



Avaliação de Desempenho

Conclui-se que o processo de avaliação de desempenho do ano de 2019 foi bastante positivo, não só pelo desenvolvimento de um novo aplicativo, por parte da Direcção de Inovação e Tecnologias de Informação (DITI), com vista a suprir algumas carências identificadas nas avaliações anteriores, mas também por este permitir aos gestores fazerem um acompanhamento contínuo do processo de avaliação, sem limites de licenças.

Este aplicativo foi desenvolvido com o objectivo de servir tanto a Empresa como os próprios colaboradores, tornando o processo mais fácil, interactivo e dinâmico, enquanto gera os indicadores de desempenho necessários para uma gestão estratégica e eficaz dos recursos humanos, permitindo a alimentação dos vários subsistemas de formação, carreira e remuneração.

A avaliação foi finalizada a 10 de Dezembro de 2019, com uma percentagem de participação de 99,50%.

[Handwritten signature]

4.3. DIRECÇÃO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

As actividades da DITI para o ano de 2019 tiveram como principal objectivo a transformação digital como um motor essencial para o desenvolvimento, aumentando, assim, a produtividade, flexibilidade e adaptabilidade dos processos de negócio e proporcionando um relacionamento mais próximo com os clientes e com toda a comunidade portuária, enquanto se garante maior competitividade e eficiência dos portos de Cabo Verde.

Entre as actividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

- Implementação do Novo Caderno Tarifário;
- Automatização do Processo da Taxa de Segurança Marítima (TSM);
- Implementação do Modelo de Gestão de Pequenas Encomendas no Porto da Praia;
- Desenvolvimento da Plataforma de Avaliação de Desempenho;
- Desenvolvimento da Plataforma Web de Gestão do Parque de Contentores;
- Criação da Estiva Electrónica – Sistema de Informação Electrónica no Serviço de Estiva;
- Construção do Novo Data Center; e
- Restruturação da Cablagem no Porto da Praia e no Porto Grande.

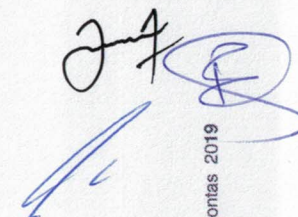
4.4. GESTÃO DAS CONCESSÕES

Ao longo do ano de 2019, a monitorização das concessões fez-se com base nos termos e prazos contratuais, segundo os quais as concessionárias e subconcessionárias, na sua generalidade, procuram cumprir os seus deveres de informação necessária ao concedente.

Em 2020, almejam-se ganhos qualitativos dessa direcção na monitorização das concessões, subconcessões e licenças, com a absorção e introdução das tecnologias de monitorização, suportadas por aplicativos informativos a conceber com o apoio da DITI.

Assim, em resumo, destacam-se as actividades mais relevantes:

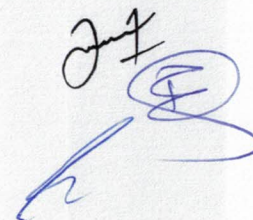
- conclusão e assinatura do contrato de uso privativo do Floating Music Hub do Mindelo com a sociedade ADS





Cabo Verde, empreendimento cuja construção, na Praia do Cais de Alfândega, junto à Avenida Marginal, em S. Vicente, teve início em Dezembro;

- conclusão e assinatura do contrato de uso privativo com a Arkidea/Sociedade Top Coroa, à qual foi cedido um terreno portuário para construir e explorar um bar-restaurante no Miradouro do Porto Novo; certas dificuldades experimentadas pelo promotor do projecto na mobilização de fundos impediram o arranque das obras ainda em 2019;
- conclusão e assinatura do contrato de subconcessão do Complexo de Pesca do Porto da Praia, com início da gestão privada da subconcessionária Cape Verde Ocean, S.A. no final de Abril de 2019;
- atribuição de uma licença de uso privativo de um espaço de logística no domínio público portuário do Porto da Praia, para atender as necessidades de tratamento de carga e passageiros no tráfego de cabotagem interilhas; a negociação teve início com a Transinsular Cabo Verde, Lda., sendo, por fim, transferida para a Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A., com a respectiva formalização a 3 de Julho;
- licitação de espaços e domínios portuários em editais, designadamente de 1) espaço do Miradouro do Porto Novo, 2) espaço para bar-restauração na Gare Marítima do Porto da Furna, 3) espaço de domínio operacional portuário no Porto da Praia, e 4) área enxuta e área molhada junto à Avenida Marginal, em S. Vicente, para o projecto do Floating Music Hub do Mindelo;
- preparação e validação de vários termos de entrega no culminar de processos de concessão e de licenças;
- elaboração de propostas de normativos, sendo de destacar 1) o Regulamento de Exploração da Marina Mindelo, previamente submetido à aprovação do Ministério da Economia Marítima (MEM) e do Instituto Marítimo e Portuário (IMP), 2) o Regulamento Geral de Marinas e Portos de Recreio (que ainda aguarda aprovação da parte do MEM e do IMP) e 3) o Regime Jurídico de Subconcessão e Licenciamento de Centros e Entrepostos Logísticos, no âmbito do Novo Sistema Logístico e Portuário de Cabo Verde (NSLPCV); e
- atribuição de licenças de uso privativo e de gestão aos parceiros 1. Electrotech – construção e exploração



de um Entrepasto Frigorífico no Porto de S. Nicolau, 2. Frescomar/Salmar – construção e exploração de uma nave industrial no Cais n.º 4 do Porto da Palmeira para a recepção, tratamento e congelação de pescado, complementada com a disponibilização e venda de gelo aos armadores de pesca, e 3. Icebox, S.A. – gestão e exploração da Unidade de Produção de Gelo no Porto da Palmeira.

Embora as licenças, por natureza, sejam actos administrativos unilaterais, a Direcção de Desenvolvimento de Negócios e Gestão das Concessões teve sempre o cuidado de previamente as partilhar e colher a sensibilidade dos parceiros destinatários antes de submetê-las à superior validação do Conselho de Administração. A Gélice, Lda., embora tenha recebido a licença que lhe conferia o direito de construir e explorar uma Fábrica de Gelo no Porto de Sal-Rei, não conseguiu, infelizmente, avançar com a instalação dessa unidade fabril por razões de diversa ordem.

4.5. SEGURANÇA. SAÚDE E AMBIENTE

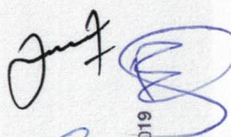

A Segurança, Saúde e Ambiente no trabalho são prioritários para os portos de Cabo Verde. Uma das acções relevantes é garantir a formação contínua em termos do Código ISPS e da Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Foram levadas a cabo formações em quase todas as estruturas da Empresa, entre as quais diversas formações na área de utilização de extintores, com uma parte teórica e outra prática, com fogo real. Foi, igualmente, ministrada em outras estruturas esta mesma formação sem fogo real.

Com a dotação de instrumentos de detecção de metais individuais e de bastões espelhados para a subinspecção de viaturas/automóveis e sirenes, que deverão começar a ser utilizados o mais rapidamente possível (utilização ainda esporádica em alguns portos), os portos de Cabo Verde ganharão mais alguns pontos em termos de Protecção/Segurança (Security/Safety). Do mesmo modo, em todos os portos já se montaram as sirenes de alarme.

Os Planos de Protecção dos portos certificados deviam e devem ser avaliados e actualizados. Assim, foi feita a avaliação de cada porto, entretanto enviadas ao IMP para a sua aprovação.

Em Março, mais concretamente de 18 a 21, realizou-se, mais uma vez, a visita dos inspectores da Guarda Costeira Americana (USA Coast Guard), no âmbito do Código ISPS, ao Porto Grande e ao Porto da Praia.

Terminada a actualização dos Planos de Emergência Interna (PEI), procedeu-se à sua apresentação ao

 Relatório & Contas 2019



Conselho de Administração no dia 18 de Janeiro de 2019, bem assim como do plano de SST. Os Planos de Emergência Interna do Porto Grande, do Porto da Palmeira e do Porto da Praia foram aprovados.

Foi lançado o Concurso Público N.º 00/GPAC/2019 para a “Contratação de uma ou mais Empresas de Segurança Privada” para prestar serviço da especialidade nos nove (9) portos, ao abrigo da Lei N.º 50/VII/2009 de 30 de Dezembro e do Decreto Regulamentar N.º 15/2012 de 21 de Junho, do Código ISPS e demais legislações em vigor, sendo que cada porto deverá ser considerado como um núcleo por si mesmo, mas sempre valorizando o conjunto ou grupo de portos.

O sistema de scanner tem funcionado com ligeiras avarias, prontamente reparadas por um técnico chinês residente em Cabo Verde.

Adquiriram-se sirenes, detectores de metais individuais e bastões espelhados para a subinspecção de viaturas/veículos, que já foram distribuídos pelos portos, aguardando-se, entretanto, a sua efectiva implementação.

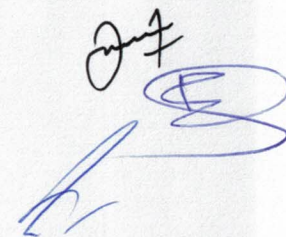
A balizagem, iluminação e farolagem dos portos é uma das preocupações da Empresa, em particular, no Porto do Tarrafal, em São Nicolau. A balizagem geral dos Portos de Cabo Verde está em curso, aguardando somente a aprovação das áreas de jurisdição portuária.

Área de Saúde nos Portos de Cabo Verde

Na área da saúde e segurança no trabalho, a ENAPOR está empenhada em ter um melhor desempenho, em particular após a aprovação da Ordem de Serviço N.º 01/CA/2019, de 11 de Janeiro. Aliás, a política da Empresa, quanto a este item, é muito abrangente, tentando ter um posto clínico em quase todos os portos, cuidando, assim, da saúde dos seus trabalhadores, da base ao topo, o que é visto como um ganho, que, assim se espera, seja alargado, num futuro próximo, aos familiares dos trabalhadores e reformados.

A Empresa tem-se debruçado sobre as doenças epidemiológicas, não tanto devido a trabalhadores internos, mas, sim, devido ao contacto com navios internacionais e, em termos gerais, pelas exigências do tráfego internacional de navios e da OMS.

Na elaboração do Plano de Actividades para o ano de 2019, na área da segurança, priorizou-se a capacidade interna, endógena, na medida em que a ENAPOR é agora uma Recognized Security Organization (RSO) – Organização de Segurança Reconhecida.





05

O NEGÓCIO DE
CRUZEIROS



O negócio de cruzeiros em Cabo Verde consolidou-se durante o ano de 2019, registando 147 escalas de navios de cruzeiro nos portos nacionais e 49 860 passageiros, representando, neste particular, um aumento face ao ano anterior.

A ENAPOR continua a apostar fortemente no marketing e na promoção dos portos de Cabo Verde nos mercados emissores e feiras do sector, assim como na parceria com a MedCruise Association – Associação Mediterrânica de Cruzeiros, presente em 20 países, de três continentes, e representando mais de 100 portos e 30 empresas e associações relacionadas com cruzeiros. Esta parceria reforça a aposta na promoção de Cabo Verde como um emergente destino de cruzeiros, conferindo à ENAPOR as seguintes vantagens:

- representação nos maiores eventos de cruzeiros;
- participação nas Assembleias-Gerais da MedCruise (reuniões B2B e workshops interactivos com membros da MedCruise);
- cursos anuais de desenvolvimento profissional gratuitos para os membros;
- oportunidade de alcançar novos mercados;
- acesso aos estudos desenvolvidos pela MedCruise (informações valiosas sobre o mercado de cruzeiros – benchmarking, estudos de financiamento portuário e relatórios estatísticos publicados todos os anos sobre a indústria de cruzeiros e os portos do Mediterrâneo);
- directório das linhas de cruzeiro da MedCruise, contendo informações pertinentes de todas as principais empresas de cruzeiros (detalhes da frota, informações relacionadas com a administração, itinerários, planeamento, operações marítimas e portuárias, excursões em terra, etc.);
- inclusão dos portos de Cabo Verde nos directórios-chave da MedCruise;
- promoção dos portos de Cabo Verde no site da MedCruise e nas suas social media;
- grande oportunidade para interagir com outros membros, trocar experiências e partilhar/desenvolver melhores práticas; e
- relações com outras associações e ligações com instituições europeias e internacionais.

Negócio de Cruzeiros (Anual)		
Dados Comparativos	Jan – Dez 2019	Jan – Dez 2018
	N.º	N.º
Navios	147	199
Passageiros	49 860	47 000

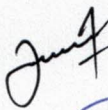
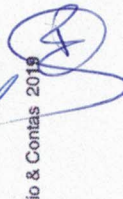


06

INVESTIMENTOS



Principais Investimentos Portuários de 2019		
Descrição	Orçamento	Estado
Santo Antão		
Trabalhos de Reparação do Arrastadouro da Boca de Pistola	4.355.000,00 CVE	Em curso
Estudos e Projetos para Melhorias das Condições de Fundeio e na Atracação de Navios de Maior Porte e na Expansão do Cais	16.500.000,00 CVE	Em curso
São Vicente		
Projeto Terminal Cruzeiros do Porto Grande	3.197.685.000,00 CVE	Em curso
Plano de Reordenamento Terrestre do Porto Grande	2.640.000,00 CVE	Em curso
São Nicolau		
Requalificação e Elevação do Muro Cortina	16.070.060,00 CVE	Em curso
Estudos e projetos de Expansão e Modernização do Porto Tarrafal	9.427.657,50 CVE	Em curso
Sal		
Obras de Pipeline no Porto Palmeira	125.175.454,46 CVE	Em curso
Plano de Reordenamento terrestre do Porto da Palmeira	2.120.000,00 CVE	Em curso
Boavista		
Construção de um Alpendre, WC Guarita, Vedação do Cais e Cobertura do Edifício Escritórios	15.970.500,00 CVE	Em curso
Construção de Rampa Metálica	19.891.182,00 CVE	Concluído
Maio		
Estudos e projetos de Expansão e modernização do Porto	4.230.000,00 CVE	Concluído
Obras de Expansão e Modernização do Porto Inglês	1.910.097.104,00 CVE	Em curso
Santiago		
Plano de Reordenamento terrestre do Porto da Praia	4.052.005,00 CVE	Em curso
Aquisição de Rebocador "Praia Maria"	485.166.000,00 CVE	Concluído
Fogo		
Construção de um Armazém de pequenas encomendas e Parque de Estacionamento	37.993.352,32 CVE	Em curso
Reparação do quebra mar com Core Locs de 12 tons	1.891.672,00 CVE	Concluído
Brava		
Construção de Galpão de Máquinas	3.821.765,00 CVE	Em curso
Geral		
Estudo de área de Jurisdição Portuária		Concluído
Estudo de Infraestruturas Marítimas de Apoio à Pesca	7.865.423,00 CVE	Concluído



Relatório & Contas 2019



07

ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA



Resultado do Exercício

Pese embora o crescimento do negócio portuário, o volume de negócios da Empresa decresceu 0,3% em 2019 (3.190.421 mECV), -10.617 mECV do que em 2018 (3.201.038 mECV). Com uma variação pouco significativa dos resultados líquidos (-7.415 mECV), o exercício de 2019 ficou marcado por uma certa estabilidade dos resultados, contribuindo, assim, para a continuação da consolidação económica e financeira que a Empresa vem patenteando nos últimos três anos.

O resultado operacional registou um decréscimo de 4% face a 2018, concorrendo, desse modo, para a redução dos resultados antes de impostos. É de registar também o decréscimo verificado nos resultados financeiros. Após a incidência da carga fiscal, no valor de 138.727 mECV, o resultado líquido cifrou-se em 442.955 mECV, registando um decréscimo de 1,6% face ao ano de 2018. Este resultado mantém-se no patamar dos resultados obtidos nos últimos anos.

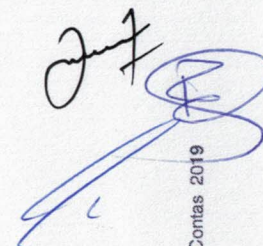
Demonstração de Resultados	2019	2018	VAR. 19/18		2017
			Abs	%	
Prestações de Serviços	3 190 421	3 201 038	-10 617	-0,3%	3 016 555
Outros Rendimentos	123 271	92 239	31 032	33,6%	96 682
Gastos MV e Matérias Consumidas	105 863	80 905	24 958	30,8%	66 559
Fornecimentos e Serviços Externos	495 093	496 498	-1405	-0,3%	494 036
Gastos com o Pessoal	1 588 077	1 519 916	68 161	4,5%	1 466 432
Outros Gastos Operacionais	43 251	67 771	-24 520	-36,2%	76 015
EBITDA	1 078 770	1 068 248	10 522	1,0%	987 419
Margem EBITDA	33%	32%		0,1%	32%
Depreciações e Amortizações	449 260	412 625	36 635	8,9%	400 644
Ajustamentos de Inventários	0	11 035	-11 035	-100,0%	0
Provisões e Imparidades	2638	48 903	-46 265	-94,6%	22 776
Resultado Operacional (EBIT)	629 510	655 623	-26 113	-4,0%	586 775
Margem EBIT	19%	20%		-0,9%	19%
Resultado Financeiro	-47 828	-29 072	-18 756	-64,5%	7282
Resultado antes de Impostos	581 682	626 551	-44 869	-7,2%	594 057
Imposto sobre o Rendimento	138 727	176 181	-37 454	-21,3%	164 199
RESULTADO LÍQUIDO	442 955	450 370	-7415	-1,6%	429 858

Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais, no exercício de 2019, registaram um acréscimo de 32.877 mECV (+1%) face aos valores obtidos no ano de 2018, atingindo o montante total de 3.335.701 mECV. Da análise ao quadro que se segue, constata-se que os rendimentos provenientes das prestações de serviços continuam a representar um peso importante na estrutura da componente operacional, mesmo registando um decréscimo de 0,3% (-10.608 mECV) face a 2018. É de notar a variação positiva que a rubrica Outros Rendimentos patenteia, de 31.033 mECV (+33,6%), fruto dos aumentos registados nas sub-rubricas Rendimentos em Investimentos Não Financeiros e Outros Rendimentos Gerais.

É de realçar que no referido exercício houve, a partir de Maio, uma alteração do caderno tarifário da Empresa. O novo tarifário veio introduzir um novo paradigma na facturação, no sentido da simplificação da facturação de alguns serviços portuários, bem como um ligeiro abaixamento em algumas tarifas. Assim sendo, pese embora a Empresa tenha registado um aumento de 2,7% (+71,3 toneladas) na movimentação de mercadorias, os rendimentos nesta rubrica não demonstraram esta tendência, já que diminuíram 2,5%. Em relação ao número de navios que escalaram os portos nacionais, houve um decréscimo de 1% (-78 navios), tendência acompanhada pelos rendimentos da rubrica Serviços Prestados a Navios, que também decresceram 0,6%. Com a tendência inversa, a Empresa verificou aumentos nas rubricas Aluguer de Equipamentos Portuários, Outras Prestações de Serviços e Serviços Secundários.

Rendimentos Operacionais	2019	2018	Variação 19/18		2017
			Absoluta	%	
Prestação de Serviço	3.190.430	3.201.038	-10.608	-0,3%	3.016.555
Movimentação de Mercadorias	2.444.269	2.506.574	-62.305	-2,5%	1.840.484
Aluguer de Equipamentos	200.447	156.963	43.484	27,7%	172.551
Serviços Prestados ao Navio	332.602	334.658	-2.056	-0,6%	163.742
Outros Prestação Serviços	14.921	13.732	1.189	8,7%	707.608
Serviços Secundários	198.191	189.111	9.080	4,8%	132.170
Reversões	22.000	9.538	12.462	130,7%	
Outros Rendimentos	123.271	92.238	31.033	33,6%	96.682
Rendimentos Invest N/Financeiros	91.432	64.717	26.715	41,3%	77.423
Outros Rendimentos Gerais	31.839	27.521	4.318	15,7%	19.259
Rendimentos Operacionais	3.335.701	3.302.814	32.887	1,0%	3.113.237





Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, no exercício de 2019, atingiram o montante de 2.706.183 mECV, reflectindo um acréscimo de 2,2% (+58.990 mECV) comparativamente com o exercício anterior. Este acréscimo resulta do incremento verificado no tráfego portuário.

Destacam-se os aumentos patenteados nas rubricas Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (+30,8%) e Gastos com o Pessoal (+4,5%), que resultam essencialmente do aumento verificado nas remunerações do serviço de estiva e do pessoal de quadro. Regista-se a redução em Provisões e Imparidades (-94,6%), como corolário da adopção do critério fiscal no apuramento das imparidades de clientes, bem como nas rubricas Outros Gastos Operacionais (-36%) e Fornecimentos e Serviços Externos (-0,3%).

O quadro abaixo evidencia o comportamento das principais sub-rubricas que compõem os fornecimentos e serviços externos.

Designação	2019	2018	Variação 19/18		2017
			Absoluta	%	
Água	23 529	28 456	-4927	-17,3%	21 257
Electricidade	116 600	86 011	30 589	35,6%	90 906
Combustíveis e Outros Fluidos	9548	16 822	-7274	-43,2%	16 735
Conservação e Reparação	37 708	56 555	-18 847	-33,3%	50 038
Material de Escritório	4511	6998	-2487	-35,5%	6030
Publicidade e Propaganda	15 780	23 095	-7315	-31,7%	18 866
Limpeza, Higiene e Conforto	24 709	24 414	295	1,2%	23 425
Rendas e Alugueres	2191	2900	-709	-24,4%	18 805
Despesas de Representação	269	369	-100	-27,0%	640
Comunicação	17 098	14 301	2797	19,6%	13 663
Seguros	22 506	21 700	806	3,7%	20 807
Vigilância e Segurança	82 666	80 955	1711	2,1%	77 930
Royalties	10 642	12 911	-2269	-17,6%	9696
Honorários/Consultoria	49 798	29 030	20 768	71,5%	54 010
Transporte de Pessoal	23 714	23 626	88	0,4%	23 522
Deslocações e Estadias	24 079	26 656	-2577	-9,7%	28 323
Serviços Bancários	7065	5030	2035	40,5%	2316
Outros	22 680	36 668	-13 988	-38,1%	17 067
Gastos com FSE	495 093	496 497	-1404	-0,3%	494 036

Jul
[Signature]

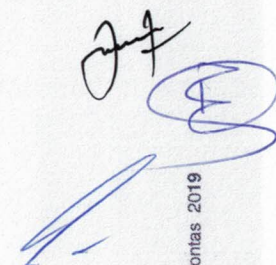
Os gastos com o pessoal registaram, no exercício de 2019, um acréscimo de 4,5% (+68.161 mECV) face ao ano de 2018, tendo contribuído para tal os aumentos registados nas remunerações do pessoal, remunerações adicionais e encargos sobre remunerações, tal como se segue:

- Remunerações do Pessoal – acréscimo de 5% (+51.860 mECV), destacando-se o aumento de 31.100 mECV verificado nas remunerações do pessoal de estiva;
- Remunerações Adicionais – mais 17.410 mECV, destacando-se tanto os subsídios de férias como o subsídio de Natal do pessoal de estiva, como reflexo, essencialmente, do já referido aumento na movimentação de mercadorias; e
- Encargos sobre Remunerações – directamente associados ao crescimento nas remunerações adicionais com o corpo de estiva.

Designação	2019	2018	Variação 19/18		2017
			Absoluta	%	
Remunerações dos Órgãos Sociais	9327	12 390	-3063	-24,7%	11 848
Remunerações do Pessoal	1 090 402	1 038 542	51 860	5,0%	953 392
Remunerações Adicionais	266 249	248 839	17 410	7,0%	243 135
Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0,0%	49 863
Indemnizações ao Pessoal	85	176	-91	-51,6%	8796
Encargos sobre Remunerações	200 009	189 456	10 553	5,6%	175 784
SOAT	4423	4336	87	2,0%	3930
Formação Profissional	6524	4127	2397	58,1%	5363
Acção Médico-Medicamentosa	522	3452	-2930	-84,9%	835
Festividades da Empresa	8135	8224	-89	-1,1%	8723
Outros Gastos com o Pessoal	2401	10 375	-7974	-76,9%	4763
Gastos com o Pessoal	1 588 077	1 519 916	68 161	4,5%	1 466 432

Em 2019, a Empresa deu continuidade à política de ajustamentos/renovação do quadro de pessoal, iniciada com o Programa de Pré-Reforma, levado a cabo pela Administração em 2017, e com a admissão de novos técnicos. A 31 de Dezembro, o número de efectivos era de 921 (em 2018, era de 919), sendo 427 do pessoal administrativo e 494 do pessoal de estiva.

Neste exercício, verificou-se um aumento de 8,9% nos gastos com depreciações e amortizações, resultado





da aquisição de novos activos, nomeadamente equipamentos portuários para a renovação do parque de equipamentos.

É de notar que as rubricas Gastos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos e Depreciações e Amortizações são as rubricas com maior peso na estrutura dos gastos operacionais da Empresa, representando, respectivamente, 59%, 18% e 17%. Conjuntamente, estas três rubricas absorveram 76% dos rendimentos operacionais obtidos pela ENAPOR no exercício em análise, enquanto, em 2018, essa percentagem era de 74%. Esta variação justifica-se pelo decréscimo dos rendimentos operacionais, bem como pelo incremento dos gastos com o pessoal e pelo aumento das depreciações registados neste exercício.

Ganhos e Perdas Financeiros

Os resultados de natureza financeira registaram um decréscimo de 64,5% (-18.756 mECV), quando comparados com os resultados de 2018. Registe-se a variação negativa nos ganhos financeiros, que revela um decréscimo de 15.420 mECV (-64,4%), com particular destaque para a rubrica Juros Obtidos (-42,9%), resultante da mobilização de dois depósitos a prazo no exercício de 2019 e das diferenças de câmbio dos financiamentos, que, no exercício em análise, foram desfavoráveis, ao contrário do que sucedeu em 2018. As perdas financeiras traduzem um acréscimo de 6,3% (+3.336 mECV), reflectido no decréscimo dos juros de financiamento de projectos e obras (-13,3%) e no crescimento das diferenças cambiais desfavoráveis e de outras perdas financeiras, que contribuíram significativamente para a variação inscrita nos resultados financeiros.

Designação	2019	2018	Variação 19/18		2017
			Absoluta	%	
GANHOS FINANCEIROS	8528	23 948	-15 420	-64,4%	68 926
Juros Obtidos	7825	13 696	-5871	-42,9%	13 213
Juros Financiamento Pessoal	703	524	179	34,2%	1974
Diferenças de Câmbio Favoráveis	0	9727	-9727	-100,0%	53 739
PERDAS FINANCEIRAS	56 356	53 020	3336	6,3%	61 644
Juros de Financ Projectos e Obras	45 956	53 020	-7064	-13,3%	61 644
Outros Juros de Financiamento	0	0	0	-	0
Diferenças Câmbio Desf Financeiras	9275	0	9275	-	0
Outras Perdas Financeiras	1125	0	1125	-	0
RESULTADOS FINANCEIROS	-47 828	-29 072	-18 756	-64,5%	7282

Handwritten signature and initials.

EBITDA

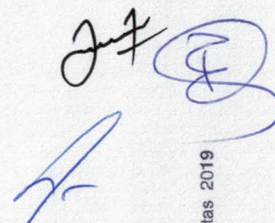
Os rendimentos operacionais cresceram 1% (+32.886 mECV) em relação ao ano de 2018, enquanto os gastos operacionais, comparativamente a igual período, cresceram apenas 2,2% (+58 890 mECV), contribuindo, assim, para que o indicador EBITDA apresente um decrescimento de 1% (+10.532 mECV). Considerando o efeito das depreciações/amortizações, apurou-se, no ano de 2019, um EBIT de 629.519 mECV, inferior em 26.103 mECV (-4,0%) ao obtido em 2018.

Designação	2019	2018	Variação 19/18		2017
			Absoluta	%	
Rendimentos Operacionais	3 313 701	3 293 277	20 424	0,6%	3 113 237
Gastos Operacionais	2 234 922	2 225 029	9893	0,4%	2 125 818
EBITDA	1 078 779	1 068 247	10 532	1,0%	987 419
Depreciações e Amortizações	449 260	412 625	36 635	8,9%	400 644
EBIT	629 519	655 622	-26 103	-4,0%	586 775

Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa óptica operacional, registaram, no ano em análise, uma redução de 1,9% (-17.046 mECV) face ao ano de 2018, resultante dos decréscimos nas rubricas Resultados Líquidos e Provisões e Imparidades e do aumento verificado em Depreciações e Amortizações.

CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	2019	2018	Variação 19/18		2017
			Absoluta	%	
Resultados Líquidos	442 955	450 370	-7415	-1,6%	429 858
Depreciações e Amortizações	449 260	412 625	36 635	8,9%	400 644
Provisões e Imparidades	2638	48 903	-46 265	-94,6%	22 776
	894 853	911 899	-17 046	-1,9%	853 278





Estrutura de Capitais

A estrutura de capitais da ENAPOR, conforme se pode aferir pelo quadro abaixo, sofreu, em 2019, algumas variações.

ESTRUTURA DE CAPITAIS	2019	%	2018	%	2017	%
Capitais Próprios	3.351.426	49,4%	3.210.218	48,2%	3.060.749	46,0%
Passivo Não Corrente	2.167.704	32,0%	2.312.488	34,7%	2.520.225	37,9%
Passivo Corrente	1.260.766	18,6%	1.134.988	17,0%	1.002.531	15,1%
	6.779.896	100,0%	6.657.694	100,0%	6.583.505	98,9%

No exercício de 2019, os capitais próprios da ENAPOR registaram uma variação positiva de 141.208 mECV, decorrente dos seguintes movimentos:

- redução do resultado líquido referente ao ano de 2018, no montante de 7.415 mECV;
- aumento das reservas legais em 22.518 mECV; e
- aumento de outras reservas (reservas para investimentos) em 126.103 mECV.

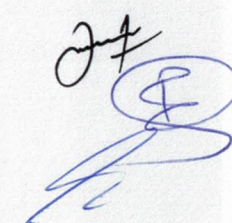
Os resultados líquidos de 2018 foram distribuídos nas seguintes proporções:

- registo de reservas legais no valor de 22.518 mECV;
- reserva para investimentos no valor de 126.103 mECV; e
- dividendos no montante de 301.748 mECV.

A variação da rubrica Passivo Não Corrente (-144.784 mECV) resulta da ocorrência dos seguintes movimentos:

- redução dos financiamento obtidos em 129.945 mECV; e
- decréscimo de 14.839 mECV em responsabilidades por benefícios pós-emprego.

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da ENAPOR sofreu um acréscimo de 122.202 mECV (+1,8%) comparativamente ao exercício de 2018.

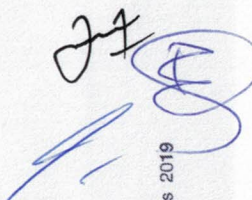


Indicadores

No quadro seguinte, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros e económicos da ENAPOR no exercício de 2019, evidenciando a sua evolução em relação aos anos anteriores.

INDICADORES ECONÓMICOS			
INDICADORES	2017	2018	2019
Custo dos Capitais Alheios	1,8%	1,5%	1,6%
Rentabilidade das Vendas	19,5%	20,5%	19,7%
Margem Bruta de Vendas	97,8%	97,5%	96,7%
Produtividade dos Trabalhadores	3293,18	3483,18	3464,08
Peso do Pessoal na Estrutura	48,61%	47,48%	49,78%
Rentabilidade do Activo	13,6%	13,8%	14,0%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	14,0%	14,0%	13,2%

INDICADORES FINANCEIROS E DE FUNCIONAMENTO			
INDICADORES	2017	2018	2019
Fundo de Maneio	733 110,00	617 370,00	221 827,00
Liquidez Geral	173,2%	154,4%	117,3%
Liquidez Reduzida	166,8%	148,2%	109,8%
Liquidez Imediata	79,1%	65,9%	28,8%
Prazo Médio de Inventários	233,4	224,6	238,7
Prazo Médio de Recebimento	65	64	81
Prazo Médio de Pagamento	43	53	53
Grau Cobertura Imobilizado	63,1%	65,4%	63,6%
Autonomia Financeira	46,5%	48,2%	49,4%
Solvabilidade	86,9%	93,1%	97,8%





Da análise do quadro, afere-se uma estabilidade, ou uma oscilação pouco significativa, dos diversos indicadores, mantendo-se todos nos patamares considerados normais e aceitáveis, reflectindo, assim, a capacidade da Empresa na assunção dos seus compromissos, na geração de resultados e na eficácia da remuneração dos capitais investidos.

Neste âmbito, constata-se que o rácio de rentabilidade do activo revela resultados que espelham a boa performance da Empresa na utilização dos activos para a produção de resultados.

A rentabilidade dos capitais próprios (ou Return On Equity – ROE) apresenta uma ligeira redução face aos valores de 2018, permanecendo, no entanto, em níveis considerados positivos e que traduzem a boa eficácia na remuneração dos capitais investidos pela Empresa.

O rácio de autonomia financeira evidencia, em 2019, uma melhoria, acentuando a tendência de crescimento que vinha patenteando nos últimos dois anos. Apresenta valores considerados aceitáveis, que traduzem a capacidade da ENAPOR em solver os seus compromissos a médio e longo prazo.

A solvabilidade vem evidenciando melhorias de ano para ano. De 2018 para 2019, cresceu de 0,93 para 0,98, o que significa que a Empresa apresenta uma boa estabilidade financeira e vem melhorando a sua capacidade de solver os seus compromissos.

Embora registe, no período em análise, uma quebra relativamente ao período anterior, o indicador de liquidez geral situa-se acima da unidade, o que demonstra que o activo corrente é superior às dívidas de curto prazo e que a Empresa revela alguma folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações correntes.

No período em análise, o prazo médio de pagamento foi de 53 (cinquenta e três) dias, mantendo-se no mesmo patamar do que no exercício transacto, enquanto o prazo médio de recebimento se situou nos 81 (oitenta e um) dias.



08

PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

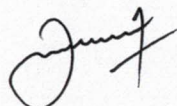
O Conselho de Administração, nos termos do Código das Empresas Comerciais e ciente da necessidade do reforço do parque de equipamentos portuários e da comparticipação no financiamento das obras de expansão do Porto Inglês, propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2019, no valor de 442.955 mECV, tenham a seguinte aplicação:

Reserva Legal	5%	22.148 mECV
Reserva para investimento	75%	332.216 mECV
Dividendos	20%	88.591 mECV

São Vicente, 31 de Março de 2020

Jorge Humberto Pimenta Maurício

Presidente



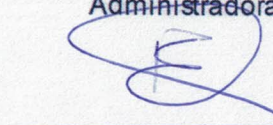
Alcídio Nascimento Lopes

Administrador



Eugénia Rodrigues Soares

Administradora





ANEXOS



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanços em 31 Dezembro de 2019 e 2018
2. Demonstrações dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
3. Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
4. Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	Notas	Data de referência	
		31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	6	297.034	296.003
Edifícios e outras construções	6	3.043.452	3.190.311
Equipamento básico	6	1.397.054	864.418
Equipamento de transporte	6	40.323	36.920
Equipamento administrativo	6	73.415	64.684
Outros ativos fixos tangíveis	6	19.797	17.758
Ativos fixos tangíveis em curso	6	349.801	370.904
Propriedades de investimento	5	23.469	21.626
Ativos Intangíveis			
Programas de computador	7	5.189	7.705
Ativos fixos intangíveis em curso	7	19.544	19.544
Outras contas a receber	8.1	3.490	9.621
Ativos por impostos diferidos	9	2.513	5.843
Total do ativo não corrente		5.275.081	4.905.338
Ativo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10	77.796	65.799
Clientes	11	435.132	250.712
Adiantamentos a fornecedores	12	3.963	1.580
Estado e outros entes públicos	13.1	504.897	526.785
Acionistas/sócios	14	9.938	4.424
Outras contas a receber	8.1	86.493	150.531
Ativos não correntes detidos para venda	6	-	17.600
Diferimentos	15	18.015	4.212
Caixa e depósitos bancários	4	368.581	730.714
Total do ativo corrente		1.504.815	1.752.358
Total do ativo		6.779.896	6.657.695
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Capital social	16	1.200.000	1.200.000
Reservas legais	17	114.630	92.112
Outras reservas	17	1.593.841	1.467.737
Resultado líquido do exercício		442.955	450.370
Total do capital próprio		3.351.426	3.210.218
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18.1	2.159.628	2.289.573
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	8.076	22.915
Total do passivo não corrente		2.167.704	2.312.488
Passivo corrente			
Fornecedores	20	90.608	82.213
Estado e outros entes públicos	13.2	109.710	119.564
Acionistas/sócios	14	201.748	90.360
Financiamentos obtidos	18.1	283.264	346.527
Outras contas a pagar	8.2	243.351	294.269
Diferimentos	15	332.085	202.054
Total do passivo corrente		1.260.766	1.134.988
Total do passivo		3.428.470	3.447.476
Total do capital próprio e do passivo		6.779.896	6.657.695

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração:



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

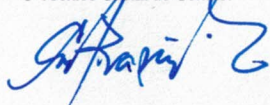
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

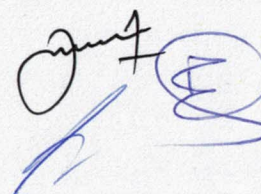
RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIO	
		2019	2018
Vendas e prestação de serviços	21	3.190.421	3.201.038
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(105.863)	(80.905)
Resultado Operacional Bruto		3.084.558	3.120.133
Fornecimentos e serviços externos	22	(495.093)	(496.498)
Valor Acrescentado Bruto		2.589.465	2.623.635
Gastos com o pessoal	23	(1.588.077)	(1.519.916)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-	(11.035)
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	24	(2.638)	(48.903)
Outros rendimentos e ganhos	25	123.271	92.239
Outros gastos e perdas	26	(43.251)	(67.771)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		1.078.770	1.068.247
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	27	(449.260)	(412.625)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		629.510	655.622
Juros e rendimentos similares obtidos	28	8.528	23.948
Juros e gastos similares suportados	18.2	(56.356)	(53.020)
Resultado antes de impostos		581.682	626.550
Imposto sobre o rendimento do exercício	29	(138.727)	(176.181)
Resultado líquido do exercício		442.955	450.370
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de imposto) incluído no resultado líquido do exercício			
		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de Capital da empresa-mãe		442.955	450.370
		442.955	450.370
Resultado por ação básico		0,37	0,38

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração:



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2018	1	1.200.000	70.619	1.360.273	-	429.858	3.060.749
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	450.370	450.370
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	21.493	107.464	-	(128.958)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	21.493	107.464	-	321.412	450.370
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	(300.900)	(300.900)
	3	-	-	-	-	(300.900)	(300.900)
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2018	1+2+3+4	1.200.000	92.112	1.467.737	-	450.370	3.210.218

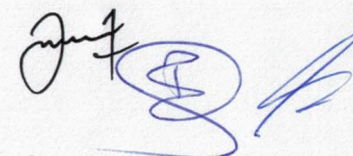
DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2019	1	1.200.000	92.112	1.467.737	-	450.370	3.210.219
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	442.955	442.955
Aplicação do resultado líquido do exercício	17	-	22.518	126.104	-	(148.622)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	22.518	126.104	-	294.333	442.955
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	(301.748)	(301.748)
	3	-	-	-	-	(301.748)	(301.748)
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2019	1+2+3+4	1.200.000	114.630	1.593.841	-	442.955	3.351.426

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2019.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

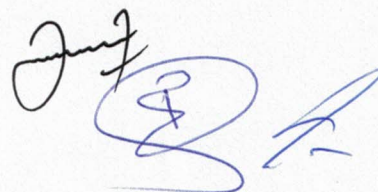
RUBRICAS	EXERCÍCIO		
	31-12-19		31-12-18
	Nota	Valores	Valores
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		3.131.026	3.262.303
Pagamentos a fornecedores		(657.562)	(673.448)
Pagamentos ao pessoal		(1.591.187)	(1.506.460)
Caixa gerada pelas operações		882.277	1.082.395
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(193.601)	(218.262)
Outros recebimentos / (pagamentos)		187.947	(85.881)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		876.623	778.252
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(855.044)	(415.295)
Ativos intangíveis		(539)	(1.687)
Ativos financeiros		-	(449.908)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		404	2.955
Ativos financeiros		250.000	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(605.179)	(863.935)
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		216.000	132.000
Juros e ganhos similares		10.700	13.226
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(373.094)	(306.018)
Juros e gastos similares		(46.823)	(54.605)
Dividendos	17	(190.360)	(210.540)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		(383.577)	(425.937)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(112.133)	(511.620)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	280.806	792.427
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	168.673	280.806


O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração:





2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Identificação da Entidade.....	3
1.2. Serviços Prestados	3
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
2.1. Base da Apresentação.....	4
2.2. Derrogação das Disposições do SNCRF	4
2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras	4
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	4
3.1. Moeda Funcional e de Apresentação	4
3.2. Activos Fixos Tangíveis	5
3.3. Propriedades de Investimento	5
3.4. Activos Intangíveis	6
3.5. Activos e Passivos Financeiros	6
3.6. Perdas por Imparidade	7
3.7. Inventários	7
3.8. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.....	8
3.9. Rédito e Regime do Acréscimo	8
3.10. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos	9
3.11. Responsabilidades Pós-Emprego.....	9
3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período	9
3.13. Classificação do Balanço.....	10
3.14. Subsídios	10
3.15. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira	10
3.16. Eventos Subsequentes	10
3.17. Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas	10
4. FLUXOS DE CAIXA	11
5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	12
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
7. ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	15
8. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	16
8.1. Não Corrente a Receber	16
8.2. Corrente a Receber	17
8.3. Corrente a Pagar	17
9. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	18
10. INVENTÁRIOS	18
10.1. Inventários	18
10.2. Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	18
11. CLIENTES	19

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

12.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	20
12.1.	A Fornecedores	20
12.2.	De Clientes	20
13.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	20
13.1.	Saldos Devedores	22
13.2.	Saldos Credores	22
14.	ACCIONISTAS	24
15.	DIFERIMENTOS	24
15.1.	Activo	24
15.2.	Passivo	24
16.	CAPITAL REALIZADO	25
17.	RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS	25
18.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	26
18.1.	Empréstimos Bancários	26
18.2.	Custos de Financiamento	29
19.	RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	29
20.	FORNECEDORES	29
21.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30
22.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	30
23.	GASTOS COM O PESSOAL	31
24.	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	32
25.	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	33
26.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	33
27.	OUTROS GASTOS E PERDAS	33
28.	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	34
29.	JUROS E GANHOS SIMILARES	34
30.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	35
31.	PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS	36
32.	GARANTIAS PRESTADAS	36
33.	DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS	37
34.	OUTRAS INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA A COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS	38
35.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

1. Nota Introdutória

1.1. Identificação da Entidade

Denominação Social: ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos

Sede: Avenida Marginal, Cais Acostável, Mindelo, São Vicente, República de Cabo Verde

Número de Identificação Fiscal: 200487264

Matrícula Comercial: 1168

A ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A., adiante designada por “ENAPOR” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que adquiriu a sua configuração jurídica de Sociedade Anónima pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os seus estatutos, e tem por objecto a administração e gestão dos portos de Cabo Verde. Pelo Decreto-Legislativo n.º 01/2013, de 12 de Setembro, foi-lhe atribuída a condição de Concessionária-Geral dos Portos, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária sobre as áreas de jurisdição marítima, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento. Em Assembleia-Geral Ordinária realizada em Agosto de 2017, foi aprovada, nos termos do Código Comercial, a alteração dos estatutos, que foi publicada no BO n.º 14, II série, de 02/03/2018.

As demonstrações financeiras são apresentadas em escudos cabo-verdianos (convertidos em milhares de escudos), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

1.2. Serviços Prestados

A ENAPOR presta os seguintes serviços:

- pilotagem;
- reboque portuário;
- segurança, polícia, protecção civil, vigilância e combate a incêndios;
- navegação portuária, sinalização, faróis e luzes;
- disponibilidade ou indicação de zonas de fundeio, atracação e desatracação;
- disponibilidade de armazéns, edifícios, instalações para a manipulação, depósito, conservação ou presença de mercadorias e passageiros;
- disponibilidade de meios mecânicos, terrestres ou flutuantes para a manipulação e transporte de mercadorias nos portos;
- fornecimento de água, electricidade e gelo a embarcações;
- protecção do meio ambiente, recolha de lixo, recepção de resíduos sólidos e líquidos provenientes de navios, plataformas ou outras instalações fixas ou flutuantes; e
- movimentação de carga, compreendendo estiva, conferência, carga, descarga, transbordo, movimentação e arrumação de mercadorias dentro da zona portuária, bem como a formação e decomposição de unidades de carga.

No âmbito das orientações da política nacional para o sector portuário, o desenvolvimento, a ampliação e a modernização dos portos, assim como para a facilitação do transporte marítimo inter-ilhas, a Empresa tem vindo a alterar o seu modelo de gestão, ampliação e modernização.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Explicitam-se de seguida as principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras.

2.1. Base da Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro (SNCRF);
- Portaria n.º 49/2008, de 29 de Dezembro (Código de Contas); e
- Despachos Normativos de 1 a 27/2008 (Normas de Relato Financeiro, Estrutura Conceptual, Modelos das Demonstrações Financeiras, Regime Especial para as Pequenas e Médias Empresas).

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias de natureza financeira, comercial ou outra, disponíveis sobre o futuro, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efectuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as suas actividades, não havendo intenção de cessá-las no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as já referidas normas que integram o SNCRF em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board, e respectivas interpretações, sempre que o SNCRF não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram feitas com base na melhor experiência e conhecimento, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e das transacções em curso.

2.2. Derrogação das Disposições do SNCRF

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do período em análise, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, das Normas de Relato Financeiro (NRF) aprovadas e adoptadas em Cabo Verde.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Moeda Funcional e de Apresentação

A. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de Escudos Cabo-Verdianos (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens, quando a sua utilização e exploração transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor relativo à doação, quando estes foram integralmente doados à Empresa; e (iii) pelo custo de aquisição, que inclui o preço de factura, as despesas de transporte, a montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

Os activos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projectos de investimento estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas em vigor no país (Portaria 3/84 para aquisições anteriores a 2015 e Portaria 42/2015 para aquisições a partir de 2015), de forma consistente de período para período, numa base de duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontrem disponíveis para uso, de acordo com a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como se segue:

	Taxas de Amortização (%)
Edifícios e Outras Construções	2 a 10
Equipamento Básico	5 a 20
Equipamento de Transporte	12,5 a 20
Equipamento Administrativo	8,33 a 33,33
Outros Activos Fixos Tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros activos tangíveis são registadas como activos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas à taxa correspondente à vida útil residual dos respectivos activos fixos, de acordo com a NRF 7.

Um item do activo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do activo à data de alienação/abate, é reconhecido em resultados como Outros Rendimentos Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se escrituradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações ocorridas até à sua transferência para Propriedades de Investimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando, entre aquelas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Portaria n.º 42/2015), as taxas que permitam a depreciação da propriedade durante a sua vida útil estimada.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que incorrem. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o seu período de duração.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida pela venda ou troca de activos, ou indemnizações recebidas por sinistros. Os ganhos ou perdas são registados na demonstração dos resultados do período, respectivamente, nas rubricas Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

3.4. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis apenas são registados se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, e que sejam identificáveis e controláveis pela Empresa, e o seu respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento correntes, são registados como gasto quando incorridos, sempre que, num projecto interno, não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de linha recta (quotas constantes), durante um período não superior a 3 (três) anos.

3.5. Activos e Passivos Financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte da respectiva relação contratual.

A. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários inclui valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

i. Caixa

Compreende notas e moedas. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa, é reconhecida nos resultados do exercício.

ii. Depósitos a Prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica são desmobilizáveis até um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se referem, independentemente do seu recebimento posterior.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

B. Contas a Receber

As contas a receber não têm implícitos juros e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas das perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económicas.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

C. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente o Imposto de Selo) são registados na demonstração dos resultados, de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados, à data do balanço, classificados na rubrica Outras Contas a Pagar.

D. Contas a Pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, o qual se aproxima do custo amortizado.

3.6. Perdas por Imparidade

Efectua-se uma avaliação para a determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado pode não ser recuperado. Em caso de existência desses indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica Perdas por Imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha sido revertida. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica Perdas por Imparidade.

Contudo, a reversão da perda é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a referida perda não se tivesse registado em

períodos anteriores.

3.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da factura, despesas de transporte, seguro e custo de desalfandegamento (menos o IVA dedutível), utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica Perdas por Imparidade.

3.8. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos dele derivados.

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota.

Activos Contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.9. Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui o IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

comprador;

- a Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa; e
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data do relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e
- a fase de acabamento da transacção/serviço à data do relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como, respectivamente, activos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas Diferimentos (activos ou passivos), Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar.

3.10. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontrem disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica Gastos Financeiros na demonstração dos resultados do exercício (Nota 18.2).

Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respectivos bens.

3.11. Responsabilidades Pós-Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos trabalhadores encontram-se registadas na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego. Estas responsabilidades correspondem à estimativa de gastos a incorrer pela Empresa relativamente aos funcionários que aderiram ao Plano de Pré-Reformas proposto pela Empresa no decorrer do exercício de 2017.

3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

Ainda, decorrente da Lei n.º 82/2015, de 8 de Janeiro, algumas despesas estão também sujeitas a tributação autónoma. Trata-se de um imposto directo que incide sobre determinados encargos do sujeito passivo de IRPC, independentemente de ter ou não gerado rendimentos no período tributável. As taxas aplicáveis são de 10% e 40%, e ainda podem ser agravadas em 10% sempre que o sujeito passivo apresente resultado negativo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos, para efeitos de reporte contabilístico, e os seus respectivos montantes, para efeitos de tributação. Para o apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos, a Empresa adopta o disposto na NRF 22.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e na legislação fiscal) que estejam, formal ou substancialmente, emitidas à data do balanço.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício, é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Para além dos activos por impostos diferidos acima indicados, não existiam em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originassem o registo de activos e passivos por impostos diferidos.

3.13. Classificação do Balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

3.14. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Cabo-Verdiano ou de outras entidades apenas quando houver a certeza de que a Empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição e de que os subsídios serão recebidos. Essas participações para a aquisição de activos fixos

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos fixos tangíveis.

3.15. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

3.16. Eventos Subsequentes

Os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados, se materiais, no presente anexo às demonstrações financeiras.

3.17. Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- perdas por imparidade de contas a receber;
- perdas por imparidade de inventários;
- vida útil de activos fixos tangíveis e intangíveis;
- justo valor das propriedades de investimento e activos não correntes detidos para venda;
- valorização dos activos por impostos diferidos; e
- provisão para benefícios de reforma.

4. Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), demonstração de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas suas

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

disponibilidades, foi utilizado o método directo. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às aplicações de liquidez imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 (três) meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração do seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Numerário		
Caixa	21 187	377
Depósitos bancários		
Depósitos em Banca Comercial	147 486	280 428
Caixa e seus Equivalentes	168 673	280 805
Depósitos a Prazo	199 908	449 908
Caixa e Depósitos Bancários	368 581	730 713

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, parte dos excedentes de tesouraria da Empresa estava aplicada em depósitos a prazo com maturidades de 6 (seis) a 12 (doze) meses, pelo que não foi considerada na rubrica Caixa e seus Equivalentes. Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe dos depósitos a prazo era como se segue:

Banco	2019	2018
Banco Comercial do Atlântico	49 908	149 908
Banco Angolano de Investimento	150 000	150 000
Ecobank	0	150 000
	199 908	449 908

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios de 2019 e de 2018 foram como se segue:

	2019	2018
Juros de Depósitos à Ordem	104	315
Juros de Depósitos a Prazo	7825	13 381
	7929	13 696

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

5. Propriedades de Investimento

Os movimentos das propriedades de investimento ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 detalham-se conforme se segue:

Movimentos 2019

	Propriedades de Investimento	Total
Activo Bruto		
Saldo Inicial	76 975	76 975
Adições	3577	3577
Saldo Final	80 552	80 552
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	55 349	55 349
Depreciação do Exercício (Nota 28)	1734	1734
Saldo Final	57 083	57 083
Valor Líquido	23 469	23 469

Movimentos 2018

	Propriedades de Investimento	Total
Activo Bruto		
Saldo Inicial	76 975	76 975
Alienações e Abates	-	-
Saldo Final	76 975	76 975
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	52 706	52 706
Depreciação do Exercício (Nota 28)	2643	2643
Alienações e Abates	-	-
Saldo Final	55 349	55 349
Valor Líquido	21 626	21 626

Os montantes registados na rubrica Propriedades de Investimento dizem respeito, essencialmente, a edifícios no Porto da Praia que se encontram arrendados a terceiros.

É entendimento do Conselho de Administração, suportado em estudos internos, que o valor de mercado destas propriedades de investimento é superior ao valor líquido contabilístico, pelo que não foram registadas quaisquer perdas por imparidade.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019
(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

6. Activos Fixos Tangíveis e Activos Não Correntes Detidos para Venda

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, e nos activos não correntes detidos para venda foi o seguinte:

Movimentos 2019									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Não Correntes Detidos para Venda	Total
Ativo Bruto									
Saldo Inicial	296.003	6.550.101	4.052.289	378.550	500.042	113.170	370.904	17.600	12.278.659
Adições	1.031	22.099	632.223	11.280	27.303	4.714	112.332	-	810.982
Alienações e abates	-	-	-	(2.057)	(949)	-	-	-	(3.006)
Transferências	-	14.333	109.325	2.101	2.549	1.454	(129.762)	-	-
Regularizações	-	17.600	-	-	-	-	(3.673)	-	13.927
Reclassificação para Ativo intangível	-	-	-	-	-	-	-	(17.600)	(17.600)
Saldo Final	297.034	6.604.133	4.793.837	389.874	528.945	119.338	349.801	0	13.082.961
Depreciações acumuladas									
Saldo Inicial	-	3.359.790	3.187.870	341.630	435.357	95.413	-	-	7.420.060
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	200.892	209.045	9.976	21.091	4.128	-	-	445.132
Alienações e abates	-	-	(132)	(2.057)	(916)	(1)	-	-	(3.106)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo Final	-	3.560.682	3.396.783	349.549	455.532	99.540	-	-	7.862.086
Valor Líquido	297.034	3.043.451	1.397.054	40.325	73.413	19.798	349.801	0	5.220.875

Movimentos 2018									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Não Correntes Detidos para Venda	Total
Ativo Bruto									
Saldo Inicial	296.003	6.541.623	3.734.916	379.227	479.337	106.568	248.695	17.600	11.803.969
Adições	-	7.062	288.699	8.911	19.999	4.811	162.920	-	492.403
Alienações e abates	-	-	(2.679)	(12.337)	(691)	-	-	-	(15.707)
Transferências	-	1.417	31.351	2.748	1.397	1.790	(38.702)	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	(187)	-	(187)
Reclassificação para Ativo intangível	-	-	-	-	-	-	(1.823)	-	(1.823)
Saldo Final	296.003	6.550.102	4.052.287	378.549	500.042	113.170	370.904	17.600	12.278.655
Depreciações acumuladas									
Saldo Inicial	-	3.160.516	3.014.931	343.116	414.311	91.660	-	-	7.024.534
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	199.274	175.618	8.423	21.535	3.753	-	-	408.603
Alienações e abates	-	-	(2.679)	(9.909)	(491)	-	-	-	(13.079)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo Final	-	3.359.790	3.187.870	341.630	435.355	95.413	-	-	7.420.058
Valor Líquido	296.003	3.190.311	864.418	36.920	64.684	17.758	370.904	17.600	4.858.597

As adições e transferências para firme registadas no exercício de 2019 dizem, essencialmente, respeito a:

- aquisição de um terreno e de uma rampa metálica para o Porto do Tarrafal no montante de, aproximadamente, 35 959 mECV;
- aquisição de, entre outros, empilhadores, tractores e atrelados para o Porto Grande no montante de, aproximadamente, 144 336 mECV; e
- aquisição de um rebocador e empilhadores para o Porto da Praia no montante de, aproximadamente, 593 007 mECV.

Os três projectos acima referidos tinham-se iniciado em 2018, tendo ficado terminados no decorrer do exercício de 2019.

As alienações do exercício dizem, essencialmente, respeito à venda de uma viatura no Porto da Palmeira.

No exercício de 2019, os activos não correntes detidos para venda referentes a 2 (dois) apartamentos localizados na ilha do Sal, por não respeitarem o preceituado na NRF 8, foram transferidos para a rubrica Activos Fixos Tangíveis.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

O detalhe dos activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 era o seguinte:

	2019	2018
Projecto Terminal de Cruzeiros do Porto Grande	182 933	182 803
Projecto <i>Pipelines</i> de Gasolina e de Jet A1 – Palmeira	39 222	38 472
Expansão e Modernização do Porto Inglês	75 645	17 702
Reabilitação/Construção Alpendre, WC, Guarita, Cobertura – Boa Vista	0	4412
Cabeços de Amarração – Porto Grande	0	9891
Projecto Aquisição de Rebocador	0	6437
Aquisição de Equipamentos Portuários	0	89 076
Construção de Rampa Metálica Ro-Ro – Palmeira	0	15 912
Mangueiras Flexíveis e Acessórios para Combate a Incêndios – PP	3206	
Remodelação e Ampliação da Gare Marítima – PG	686	
Reordenamento do Porto e Construção Armazém e Parque Viaturas – PF	8599	
Rampa Metálica – Porto Inglês	2464	
Rampa de Betão – Porto Inglês	5836	
Elevação do Muro Cortina e Protecção Marítima – Porto do Tarrafal	9180	
Construção de Alpendre em Estrutura Metálica – Brava	4699	
Câmara Speed Dome IP Dahua – Cais 2, Edifício, Parque de Contentores	204	
Motor Caixa Redutora Marca Baldouin para Lancha – S. Filipe – PG	15 603	
Extintor Polvo BC PI 100kg – Parque Frio, Cais 2, 3 e 4 – Porto Grande	196	
Máquina Automática Desmontar Pneus Type FT 560 S – Porto da Praia	1327	
Outros	0	6199
	349 800	370 904

O Conselho de Administração entende que o projecto do Terminal de Cruzeiros do Porto Grande será desenvolvido no decorrer do exercício de 2020, sendo expectável que as obras de preparação do porto sejam iniciadas no segundo semestre. Os restantes projectos irão ser concluídos ainda no decorrer do exercício de 2020, exceptuando o projecto de expansão e modernização do Porto Inglês, cuja conclusão se estima para o início do primeiro trimestre de 2021. Assim, no entendimento do Conselho de Administração, os projectos acima indicados não apresentam indícios de imparidade pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

7. Activos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

Movimentos 2019

	Programas de Computador	Activos Intangíveis em Curso	Total
Activo Bruto			
Saldo Inicial	178 577	-	178 577
Adições	539	-	539
Saldo Final	179 116	0	179 116
Amortizações Acumuladas			
Saldo Inicial	170 872	-	170 872
Amortização do Exercício (Nota 28)	3055	-	3055
Saldo Final	173 927	-	173 927
Valor Líquido	5189	0	5189

Movimentos 2018

	Programas de Computador	Activos Intangíveis em Curso	Total
Activo Bruto			
Saldo Inicial	170 157	21 985	192 142
Adições	4156	0	4156
Alienações e Abates	2441	(2441)	0
Transferências	1823	0	1823
Saldo Final	178 577	19 544	198 121
Amortizações Acumuladas			
Saldo Inicial	169 493	-	169 493
Amortização do Exercício (Nota 28)	1379	-	1379
Saldo Final	170 872	-	170 872
Valor Líquido	7705	19 545	27 249

Os activos intangíveis são constituídos, essencialmente, por *software* diverso utilizado pela Empresa na sua actividade.

O detalhe dos activos intangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 era o seguinte:

	2019	2018
Projecto <i>Check-in</i> Passageiros e Bagagens	19 544	19 544
	19 544	19 544

8. Outras Contas a Receber e a Pagar**8.1. Contas a Receber**

A rubrica Outras Contas a Receber apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

	2019	2018
Outras Contas a Receber – Activo Não Corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	5357	11 488
Perdas por Imparidade em Contas a Receber de Trabalhadores	(1867)	(1867)
	3490	9621
Outras Contas a Receber – Activo Corrente		
Clientes – Acréscimos de Rendimentos	61 007	80 100
Outros Acréscimos de Rendimentos	5621	8496
Adiantamentos aos Trabalhadores	10 533	5770
Perdas por Imparidade em Contas a Receber de Trabalhadores	(2152)	(2764)
Outras Contas a Receber	11 484	58 928
	86 493	150 531

Em 31 de Dezembro de 2019, existiam adiantamentos efectuados ao pessoal referentes a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concedidos, no montante de 10 260 mECV (11 488 mECV, em 31 de Dezembro de 2018), a médio e longo prazo, para os quais estão registadas perdas por imparidade de 1254 mECV.

Em 31 de Dezembro de 2019, existiam adiantamentos efectuados ao pessoal referentes a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concedidos, no montante de 5770 mECV (5770 mECV, em 31 de Dezembro de 2018), a curto prazo, para os quais estão registadas perdas por imparidade no montante de 2764 mECV.

Todos os empréstimos referidos destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação, aquisição de viatura própria e tratamento médico no exterior, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos vencem juros à taxa estabelecida pelo Banco Central, cumprindo o disposto na Lei n.º 82/VIII/2015, de 8 de Janeiro.

A rubrica Clientes – Acréscimos de Rendimentos, no montante de 61 007 mECV, refere-se aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de armazenagem e de tráfego, mas que não se encontravam facturados em 31 de Dezembro de 2019.

Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Outras Contas a Receber incluía o montante de 11 344 mECV relativo às contas a receber do projecto Plataforma de Frio do Porto Grande, as quais se encontram sob tutela do Governo de Cabo Verde.

8.2. Corrente a Pagar

A rubrica Outras Contas a Pagar apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Outras Contas a Pagar – Passivo Corrente		
Fornecedores de Imobilizado	45 840	93 261
Remunerações e Encargos com Férias e Horas Extra	153 289	146 473
Remunerações a Regularizar	22 284	29 729
Juros a Pagar de Projectos	6059	6651

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

Juros a Pagar de Equipamentos	4667	5815
Juros a Pagar/Financiamentos Diversos	423	
Fornecedores por Acréscimos de Gastos	6591	10 402
Outros Credores Diversos	1728	1938
	240 881	294 269

O valor em dívida a fornecedores de imobilizado como passivo corrente, no montante de 45 840 mECV, inclui quantias referentes à aquisição de diversos activos.

Na rubrica Juros a Pagar de Projectos, encontram-se registados os juros suportados, essencialmente, com o empréstimo de financiamento obtido para a obra de expansão do Porto da Palmeira no montante de 6059 mECV.

Na rubrica Juros a Pagar de Equipamentos, encontram-se registados, principalmente, os juros respeitantes ao financiamento para a construção de 3 *scanners* de contentores, no montante de 4667 mECV, e para a aquisição do rebocador "Praia Maria", no montante de 407 mECV.

Encontram-se registadas na rubrica Remunerações e Encargos com Férias e Horas Extra as responsabilidades da Empresa para com os trabalhadores (conforme disposto no Código Laboral) referentes a férias a pagar e às contribuições com a Previdência Social, as quais correspondem a 16% das remunerações de férias a serem processadas.

Na rubrica Remunerações a Regularizar encontram-se registados os montantes relativos a salários de trabalhadores portuários do mês de Dezembro de 2019, que serão liquidados no decorrer do mês de Janeiro de 2020.

9. Activos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os activos por impostos diferidos detalhavam-se conforme se segue:

	2019	2018
Outras Contas a Receber – Activo Não Corrente		
Activos por Impostos Diferidos	2513	5843
	2513	5843

	Base de Incidência (Nota 19)	Taxa de Imposto	Imposto Diferido
Reforma Incentivada Antecipada	14 839	22%	3330

A redução dos activos por impostos diferidos é totalmente explicada pela diminuição da base de incidência resultante dos pagamentos efectuados pela Empresa, no decorrer de 2019, aos seus colaboradores abrangidos pelo Programa Reforma Incentivada Antecipada.

10. Inventários

10.1. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019, não foram identificados inventários obsoletos ou inutilizáveis, e

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

com valores de realização inferiores aos valores contabilísticos. Na circunstância, no exercício de 2019, não foi reforçada a imparidade já constituída, tal como detalhado abaixo.

Os montantes dos inventários em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 eram os seguintes:

	2019	2018
Inventários		
Inventário – Combustíveis e Lubrificantes	4593	2650
Inventário – Material de Conservação e Reparação	5366	4826
Inventário – Vestuário, Fardas e Utensílios Domésticos	2280	525
Inventário – Acessórios para Equipamento Hidráulico	69 333	62 914
Inventário – Pneumáticos e Acessórios	37 093	36 437
Inventário – Tintas e Solventes Diversos	400	714
Inventário – Utensílios de Descarga	4820	5097
Inventário – Materiais e Artigos de Escritório	1584	884
Inventário – Outros Não Especificados	210	65
Total	125 679	114 112
Em Trânsito – Combustíveis e Lubrificantes	128	
Em Trânsito – Vestuário, Fardas e Utensílios Domésticos	328	
Em Trânsito – Material de Construção Civil e Serralharia e Outros		
Em Trânsito – Acessórios para Equipamento Hidráulico	687	713
Em Trânsito – Outros Materiais e Artigos Diversos		
Total	1143	713
Perdas por Imparidade		
Imparidade Inventário – Material de Conservação e Reparação	(2368)	(2368)
Imparidade Inventário – Acessórios para Equipamento Hidráulico	(42 218)	(42 218)
Imparidade Inventário – Utensílios de Descarga	(3676)	(3676)
Imparidade Inventário – Outros Não Especificados	(764)	(764)
Total	(49 026)	(49 026)
Valor Líquido	77 796	65 798

As perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2019 detalhavam-se como abaixo indicado:

	2019	2018
Saldo Inicial	49 026	37 990
Reforços	-	11 035
Saldo Final	49 026	49 026

10.2. Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Os gastos com inventários em 2019 e em 2018 incluídos na rubrica Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas foram os seguintes:

	2019	2018
Combustíveis e Lubrificantes	53 917	35 521
Material de Conservação e Reparação	5480	4112
Vestuário, Fardas e Utensílios Domésticos	2943	408
Acessórios para Equipamento Hidráulico	21 243	15 746
Pneumáticos e Acessórios	13 170	18 291
Tintas e Solventes Diversos	2946	1439
Utensílios de Descarga	1992	2856
Materiais e Artigos de Escritório	3760	2479
Outros Não Especificados	411	282

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

105 862	81 134
---------	--------

A rubrica Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2019 e de 2018 foi como se segue:

	2019	2018
Inventários Iniciais	114 825	88 776
Compras	118 966	106 954
Regularizações	(1106)	-
Inventário em Trânsito	(1143)	(713)
Inventários Finais	(125 679)	(114 112)
	105 863	80 905

11. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Quantia Bruta		
Clientes – Conta Corrente	498 253	306 376
Clientes – De Cobrança Duvidosa	167 605	186 425
Total	665 858	492 801
Perdas por Imparidade	(230 726)	(242 089)
Quantia Escriturada	435 132	250 712

O movimento das perdas por imparidade foi conforme se segue:

	2019	2018
Saldo Inicial	242 089	213 084
Reforços	24 639	55 693
Reversão	(22 000)	(9538)
Utilização	(14 002)	(17 150)
Saldo Final	230 726	242 089

12. Adiantamentos a Fornecedores e Adiantamentos de Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos de adiantamentos a fornecedores e de adiantamentos de clientes eram como se segue:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

12.1. A Fornecedores

	2019	2018
Adiantamentos a Fornecedores	1493	1580
	<u>1493</u>	<u>1580</u>

12.2. De Clientes

	2019	2018
Adiantamentos de Clientes	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica Adiantamentos de Clientes em 31 de Dezembro de 2019 não registava qualquer movimento.

Em relação à rubrica Adiantamentos a Fornecedores, o saldo é referente à antecipação de valores por conta de fornecimentos a decorrer no 1.º semestre de 2020.

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como se segue:

13.1. Saldos Devedores

	2019	2018
Imposto a Recuperar	10 743	9148
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
IVA – Reembolsos Pedidos	494 154	517 367
	<u>504 897</u>	<u>526 515</u>

O montante registado na rubrica IVA – Reembolsos Pedidos corresponde ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), para o qual já foram solicitados os respectivos reembolsos no decorrer de Janeiro de 2020.

No decorrer do exercício de 2018, a Empresa foi alvo de uma inspecção por parte das autoridades fiscais relativamente ao exercício de 2014, as quais no seu relatório final apuraram uma liquidação adicional do IVA de, aproximadamente, 218 507 mECV. Acresce mencionar que a Empresa apresentou a sua contestação relativamente a esse relatório final, na qual demonstra que a actividade da ENAPOR é isenta de IVA, atendendo à informação vinculativa de 2004, por parte das autoridades fiscais, que isenta a ENAPOR relativamente ao pagamento de IVA.

É convicção do Conselho de Administração que o desfecho da acção de inspecção será favorável para a Empresa, atendendo às evidências demonstradas junto da administração fiscal.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

Adicionalmente, o Conselho de Administração iniciou contactos junto do Governo de Cabo Verde a fim de regularizar os valores de IVA a receber, tendo sido regularizados os valores referentes aos anos de 2011 e 2013.

13.2. Saldos Credores

A Enapor não tinha quaisquer dívidas em situação de mora para com o Estado ou outros entes públicos.

Nas referidas datas, as dívidas ao Estado tinham a seguinte composição:

	2019	2018
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	0	53 278
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	15 612	16 774
Outros Impostos	822	9826
Previdência Social	37 693	39 343
Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho (SOAT)	358	373
Taxa de Segurança Marítima	49 366	
Imposto Único sobre o Património	5859	
	109 710	119 594

O montante de 37 693 mECV em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de Dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

- Previdência Social – a contribuição da Empresa corresponde a 16% das remunerações com carácter regular dos empregados;
- Direitos Aduaneiros – este imposto incide sobre as importações de bens efectuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a pauta aduaneira em vigor;
- Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa;

Para os contribuintes do regime normal (método de verificação) corresponde a uma taxa de 22% sobre a matéria colectável. Para o apuramento da matéria colectável, são deduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor, e acrescidos os gastos não dedutíveis, de onde se destacam os não devidamente documentados, as imparidades e provisões não aceites fiscalmente, o Imposto Único sobre o Património (IUP), as correcções de impostos e os custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício.

Em resultado do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRPC), e actualizações subsequentes, aos pagamentos por prestações de serviços efectuadas por entidades não residentes, a Empresa faz retenção na fonte à taxa liberatória de 15%, quando não se aplicam os acordos de dupla tributação.

- Tributação Autónoma – aplica-se a um leque de despesas, com particular foco nos

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

benefícios atribuídos aos trabalhadores (10%) e nas despesas não documentadas (40%); e

- v) Imposto sobre o Valor Acrescentado – este imposto incide sobre as compras e as vendas tributadas efectuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 (cinco) anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspecção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

14. Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica Accionistas era constituída como se segue:

	2019	2018
Accionistas – Activo		
Adiantamentos	9938	4424
	<u>9938</u>	<u>4424</u>
Accionistas – Passivo		
Lucros Disponíveis	201 748	(90 360)
	<u>201 748</u>	<u>(90 360)</u>

O montante a receber de 9938 mECV é referente a obras realizadas por conta do Estado Cabo-Verdiano e pagamentos efectuados por sua solicitação. O valor de 201 748 mECV corresponde ao remanescente de dividendos a serem pagos referentes ao exercício de 2018.

15. Diferimentos

Os saldos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 eram os seguintes:

15.1. Activo

	2109	2018
Outros Gastos a Reconhecer	18 015	4212
	<u>18 015</u>	<u>4212</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

15.2. Passivo

	2019	2018
Subsídios do Governo de Cabo Verde	28 872	33 918
Subsídios do Governo Holandês	303 213	161 307
Rendas Dominiais	0	6829
Outros	-	-
	332 085	202 054

Na sequência da política contabilística vigente na Empresa, referida na Nota 3.14, a ENAPOR reconheceu como rendimento, na demonstração dos resultados do exercício de 2019, o montante de 10 099 mECV (Nota 26), relativo ao reconhecimento, como rendimento, das participações recebidas a fundo perdido do Governo de Cabo Verde e do Governo Holandês para as obras de expansão do Porto Grande, rampas metálicas do Porto do Tarrafal, Porto Novo e Porto Grande, e rebocador para o Porto da Praia.

16. Capital Realizado

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o capital é detido na sua totalidade por um único accionista, o Estado de Cabo Verde, através da Direcção-Geral do Tesouro.

O capital social está fixado em 1 200 000 mECV, e é constituído por 1 200 000 acções de valor nominal de 1 mECV cada.

17. Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Reservas Legais	114 630	92 112
	114 630	92 112
Reservas Livres	776 171	776 171
Reservas para Investimento	744 252	618 148
Reservas para Melhoramentos	73 418	73 418
	1 593 841	1 467 737

Por deliberação das assembleias-gerais de 15 de Maio de 2019 e de 30 de Maio de 2018, o resultado líquido dos exercícios de 2018 e de 2017, respectivamente, foi aplicado como se segue:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019
(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

	2018	2017
Reserva Legal	22 518	21 493
Reserva para Investimentos	126 104	107 464
Dividendos	301 748	300 900
	450 370	429 857

Reserva Legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício, até ser atingida a quinta parte do capital social, e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício, nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva para Investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim.

Reserva para Melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim.

Relativamente aos dividendos no montante de 301 748 mECV, a Empresa já procedeu ao pagamento de 100 000 mECV, encontrando-se por liquidar o montante de 201 748 mECV, o qual será liquidado durante o ano de 2020.

18. Financiamentos Obtidos

18.1. Empréstimos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os montantes dos financiamentos obtidos eram os seguintes:

Entidade Bancária	Ano Contração Empréstimo	Saldo em 31 de dezembro 2019			Saldo em 31 de dezembro 2018				
		Montante Obtido	Montante Liquidado em 2019	Passivo Corrente	Passivo não Corrente	Saldo Total em Dívida	Passivo Corrente	Passivo não Corrente	Saldo Total em Dívida
Empréstimo do Estado (AID) (a)	1993	45.388	45.388	0	-	0	45.388	-	45.388
BEI - Expansão Porto Palmeira (b)	2009	2.483.185	152.933	154.015	1.278.807	1.432.822	152.923	1.432.822	1.585.745
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (c)	2009	1.240.125	75.480	104.890	854.271	759.161	78.800	755.841	834.641
BCA - Construção Navio (d)	2010	382.624	49.495	0	-	0	49.495	-	49.495
BCA - Aquisição de Rebocador PPraila (e)	2018	132.000	19.921	20.940	79.969	100.909	19.921	100.910	120.831
BCA - Empréstimo para cobertura investimentos (f)	2019	150.000	0	27.083	122.917	150.000	0	0	0
TOTAIS		4.433.322	343.217	306.928	2.135.964	2.442.892	346.527	2.289.573	2.636.100

(a) Empréstimo subsidiário concedido em 18 de Junho de 1993 pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) ao Estado Cabo-Verdiano, que posteriormente o cedeu à Empresa para o financiamento de projectos ao abrigo do Programa de Infra-Estruturas e Transportes, nomeadamente do novo sistema de informação de gestão e dos trabalhos de fiscalização das obras de expansão do Porto Grande. Este empréstimo é expresso em dólares dos Estados Unidos da América. Apesar de inicialmente se encontrarem previstas 40 (quarenta) prestações semestrais iguais, com início em Dezembro de 2003, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, este empréstimo encontra-se garantido pelo Estado de Cabo Verde. O Conselho de Administração procedeu à regularização do empréstimo por contrapartida dos débitos do Estado devido à falta de respostas do Estado às diversas solicitações da Empresa quanto à exigibilidade do valor.

(b) O empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) no montante de 2 483 185 mECV será amortizado em 20 (vinte) anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos, foi indicado o modelo de taxa de juros a aplicar à respectiva tranche. No final da utilização do empréstimo, será efectuada uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019
(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tinha um período de carência de 5 (cinco) anos, e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o Tesouro em 2008, iniciando-se a sua amortização em 2013. Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa tem como responsabilidades o montante de 1 432 822 mECV, sendo 154 015 mECV a curto prazo e 1 278 807 mECV a médio e longo prazo.

(c) O empréstimo concedido pelo Eximbank – China no montante de 87 010 000 yuan (RMB) fixou-se no valor de 85 045 964 yuan (RMB), o qual tem o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 (vinte) anos, vencendo juros à taxa de 2%, com um período de carência de capital de 5 (cinco) anos, tendo o início da sua amortização ocorrido em 2014. Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa tem como responsabilidades o montante de 759 161 mECV, pelo que se encontram registados, como responsabilidade a curto prazo, o montante 104 890 mECV, e como encargo a médio e longo prazo, o valor de 654 271 mECV.

(d) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o Banco Comercial do Atlântico (BCA) para a construção de um navio para o reforço da segurança das baías portuárias. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 (doze) meses, renovável automaticamente na modalidade de conta corrente caucionada até ao montante máximo de 400 000 mECV, sendo que o montante utilizado foi de apenas 382 624 mECV. Para a obtenção deste empréstimo, foi prestada uma garantia pela Direcção-Geral do Tesouro, em representação do Estado de Cabo Verde, pelo montante total do empréstimo contratado. Em 2013, foi renegociado o plano de pagamentos. Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa já não tinha responsabilidades sobre o empréstimo.

(e) Durante o exercício de 2017, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA sob a forma de abertura de crédito no montante de 132 000 mECV, para financiar a aquisição de um rebocador para o Porto da Praia. O prazo de utilização deste empréstimo era de 12 (doze) meses, sendo que a disponibilização do referido valor só ocorreu em Maio de 2018. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas mensais em 72 (setenta e duas) prestações de capital e juros mensais de 2126 mECV, vencendo juros à taxa anual de 5%, com início em 1 de Maio de 2018. Para a obtenção deste empréstimo, foi prestada uma garantia pela Direcção-Geral do Tesouro, em representação do Estado de Cabo Verde, pelo montante total do empréstimo contratado. Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa tem como responsabilidades o montante de 100 909 mECV, sendo 20 940 mECV a curto prazo e 79 969 mECV a médio e longo prazo.

(f) Durante o exercício de 2019, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA sob a forma de abertura de crédito no montante de 150 000 mECV, para financiar a aquisição de equipamentos portuários. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas mensais em 60 (sessenta) prestações de capital e juros mensais de 2831 mECV, vencendo juros à taxa anual de 5%, com início em 19 de Dezembro de 2019. Para a obtenção deste empréstimo, foi prestada como garantia uma livrança, e a empresa fica sujeita ao cumprimento de *covenants* de autonomia financeira maiores do que 30% e ND/EBITA menor ou igual a 3 vezes.

Em 31 de Dezembro de 2019, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos apresentava-se como se segue:

Financiamentos Obtidos	Montante em Dívida 31-12-2019	2020	2021	2022	2023	2024 e Seguintes
Empréstimo do Estado (AID)	0	-	-	-	-	-
BEI - Expansão Porto Palmeira	1.432.822	154.015	155.162	156.369	157.638	809.638
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners	759.161	104.890	93.551	82.211	70.872	407.637
BCA - Construção Navio	0	-	-	-	-	-
BCA - Aquisição de Rebocador Ppraia	100.909	20.940	22.012	23.138	20.435	14.384
BCA - Empréstimo para cobertura Investimentos	150.000	27.083	28.469	29.925	31.456	33.067
TOTAIS	2.442.892	306.928	299.194	291.643	280.401	1.264.726

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

O Conselho de Administração da Empresa confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

18.2. Juros e Gastos Similares Suportados

	2019	2018
Juros de Financiamento de Projectos e Obras	24 502	25 964
Juros de Financiamento de Equipamentos	21 454	27 056
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	9275	
Outras Perdas de Financiamento	1125	
	56 356	53 020

Os juros suportados com as várias modalidades de financiamento variam entre 2% e 7,5%.

19. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o saldo da rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 Dezembro 2019			Saldo em 31 Dezembro 2018		
	Corrente	Não Corrente	Total Passivo	Corrente	Não Corrente	Total Passivo
Reforma Incentivada Antecipada		8076	8076	-	22 915	22 915

No decorrer do exercício de 2017, a Empresa lançou o Programa de Reforma Incentivada Antecipada, ao qual aderiram 11 (onze) trabalhadores, sendo 4 (quatro) da Administração Central, 5 (cinco) da Administração do Porto Grande, 1 (um) da Administração do Porto da Praia e 1 (um) da Direcção do Porto de Vale de Cavaleiros. As responsabilidades da Empresa que resultam do acordo firmado com os trabalhadores são:

- idade de adesão e saída do programa:

	Entrada	Saída
Homens	60	65
Mulheres	55	60

- pagar ao trabalhador o valor correspondente a 75% da retribuição mensal ilíquida;
- pagar ao trabalhador o subsídio de Natal no valor de 75% da remuneração definida pela Empresa em cada ano;
- efectuar os descontos devidos à Previdência Social à taxa legal, os quais incidirão sobre 100% da retribuição ilíquida actual do trabalhador;
- efectuar os descontos respeitantes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), que incidirão sobre 75% da remuneração ilíquida do trabalhador;
- pagar ao trabalhador a remuneração acordada, bem como as retenções legais, até que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) assuma a responsabilidade pela pensão definitiva;

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

- actualizar a retribuição atribuída durante a pré-reforma, sempre que for actualizado o salário dos trabalhadores activos;
- assegurar ao trabalhador a manutenção do direito a assistência médica, nos mesmos moldes que é garantido aos trabalhadores activos; e
- assegurar a continuação da progressão na carreira profissional.

Durante o exercício de 2019, a Empresa efectuou pagamentos aos trabalhadores no montante de 14 839 mECV.

20. Fornecedores

A rubrica Fornecedores apresentava os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Fornecedores com Conta Corrente	90 608	82 213
	<u>90 608</u>	<u>82 213</u>

Os saldos das contas a pagar a fornecedores correspondem, essencialmente, às obras realizadas, compras de inventários e aquisições de prestações de serviços já recepcionadas nos armazéns e conferidas.

21. Prestação de Serviços

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na introdução a este anexo.

	2019	2018
Movimentação de Mercadorias	2 444 269	2 506 574
Aluguer de Equipamentos Portuários	200 447	156 963
Serviços Prestados a Navios	332 602	334 658
Outras Prestações de Serviços	14 921	13 732
Serviços Secundários	198 191	189 111
Total	<u>3 190 430</u>	<u>3 201 038</u>

No exercício de 2019, verifica-se uma redução de 0,3% nas prestações de serviços, o que representa uma diminuição em termos absolutos de 10 608 mECV.

É de realçar que no referido exercício houve, a partir de Maio, alteração do Caderno Tarifário da Empresa. O novo tarifário veio introduzir um novo paradigma, no sentido da simplificação da facturação de alguns serviços portuários, bem como de um ligeiro abaixamento em algumas tarifas. Assim sendo, pese embora a Empresa tenha registado um aumento de 2,7% (+71,3 toneladas) na movimentação de mercadorias, os rendimentos nesta rubrica não demonstraram essa tendência, já que diminuíram 2,5%. Em relação ao número de navios que escalaram os

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

portos nacionais, houve um decréscimo de 1% (-78 navios), tendência acompanhada pelos rendimentos da rubrica Serviços Prestados a Navios, que também decresceram 0,6%. Com a tendência inversa, a Empresa verificou aumentos nas rubricas Aluguer de Equipamentos Portuários, Outras Prestações de Serviços e Serviços Secundários.

22. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos era como se segue:

	2019	2018
Água	23 529	28 456
Electricidade	116 600	86 078
Combustíveis e Outros Fluidos	9548	16 822
Conservação e Reparação	35 862	61 038
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1845	
Material de Escritório	4511	6998
Publicidade e Propaganda	15 779	23 374
Limpeza, Higiene e Conforto	24 709	24 414
Rendas e Alugueres	2191	2900
Despesas de Representação	269	369
Comunicação	17 099	14 208
Seguros	22 506	21 700
Vigilância e Segurança	82 666	80 955
Royalties	17 463	12 911
Honorários/Consultoria	42 977	35 442
Transporte de Pessoal e Inventário	26 804	25 109
Deslocações e Estadias	24 079	26 656
Serviços Bancários	7065	5030
Outros	19 591	24 038
	495 093	496 498

O saldo da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos em 31 de Dezembro de 2019 demonstra um decréscimo dos gastos em 1405 mECV, devido, sobretudo, à redução ocorrida nos gastos com água, combustíveis, conservação e reparação, entre outros, pese embora os acréscimos verificados nos gastos com electricidade, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, comunicação, honorários, entre outros. O saldo da rubrica Honorários/Consultoria em 31 de Dezembro de 2019, no montante de 42 977 mECV, é constituído principalmente por gastos com estudos e projectos técnicos no âmbito dos projectos em curso, nomeadamente a reformulação do sector portuário, entre outros.

23. Gastos com o Pessoal

O número médio de trabalhadores da ENAPOR nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, atentando à natureza do vínculo contratual, era o seguinte:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

	2019	2018
Pessoal Administrativo	427	428
Trabalhadores Portuários	494	491
Trabalhadores Portuários Ocasionais	669	
	1590	919

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	9327	10 530
Remunerações do Pessoal (i)	1 090 402	1 038 542
Remunerações Adicionais	266 249	250 699
Prémios para Pensões	-	-
Indemnizações ao Pessoal	85	176
Encargos sem Remunerações	200 009	189 456
SOAT	4423	4336
Formação Profissional	6524	4127
Acção Médico-Medicamentosa	522	3452
Festividades da Empresa	8135	8224
Fardamento do Pessoal	293	8168
Outros Gastos com o Pessoal	2108	2206
Total	1 588 077	1 519 916

(i) Comporta todas as remunerações do pessoal administrativo e do corpo de estiva.

O aumento nos gastos com o pessoal foi provocado principalmente por gastos com o corpo de estiva, o que foi influenciado pelo aumento da actividade portuária.

As remunerações adicionais em 2019 são compostas por várias rubricas complementares ao salário, destacando-se as horas extraordinárias, no montante de 41 687 mECV (33 331 mECV, em 2018), a isenção horária, no montante de 53 242 mECV (49 127 mECV, em 2018), o subsídio de férias do pessoal de estiva, no montante de 32 927 mECV (31 201 mECV, em 2018), e ainda o subsídio de Natal do pessoal de estiva, no montante de 25 617 mECV (25 051 mECV, em 2018).

24. Imparidade de Dívidas a Receber

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2019 e de 2018 foram os seguintes:

	2019	2018
Saldo Inicial	246 704	214 951
Movimentos no Exercício		
Aumentos	24 639	58 441
Reversões	(22 000)	(9538)

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

	2639	48 903
Utilização	(14 002)	(17 150)
Saldo Final	235 341	246 704

As perdas por imparidade acumuladas em 31 de Dezembro de 2019 ascendem a 235 341 mECV (246 704 mECV, em 2018). O Conselho de Administração identificou um conjunto de valores a receber que comportam um elevado risco de recuperabilidade, e decidiu-se pelo uso do critério fiscal no cálculo das imparidades, efectuando, assim, um reforço das imparidades em 2019 de 24 639 mECV (58 441 mECV, em 2018).

Registou-se uma reversão de imparidades constituída em 22 000 mECV, resultante da cobrança de montantes para os quais já tinham sido constituídas imparidades em exercícios anteriores, bem como da adopção do critério fiscal para o apuramento das imparidades das dívidas de clientes.

Por razões várias, nomeadamente a extinção das empresas, a perda de navios para explorar quer por afundamento e/ou por outras razões, há vários créditos já não recuperáveis. Autorizou-se que estes fossem considerados incobráveis e fossem anulados da carteira de clientes em contrapartida das imparidades já constituídas em outros exercícios, no montante de 14 002 mECV (17 150 mECV, em 2018).

25. Provisões do Exercício

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica Provisões não apresentava qualquer movimento.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos apresentava o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Rendimentos em Alienações de Activos	365	2610
Rendimentos em Sinistros Activos	323	602
Rendimentos em Rendas	90 744	61 505
Correcções de Períodos Anteriores	13 626	2076
Imputação de Subsídios para Investimentos	10 099	13 886
Recuperação de Dívidas de Clientes Nacionais Privados	2145	9508
Outros	5969	2052
Total	123 271	92 239

27. Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas apresentava a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

	2019	2018
Impostos	4786	34 811
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	20 667	15 483
Donativos e Quotizações	11 446	12 390
Outros Gastos Operacionais	6186	4048
Perdas em Inventário	7	-
Diferenças de Câmbio	129	-
Gastos em Inventários Não Financeiros – Sinistros	30	1039
Total	43 251	67 771

28. Depreciações e Amortizações

A rubrica Depreciações e Amortizações apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018.

	2019	2018
Edifícios e Outras Construções	1734	2643
Total Propriedades de Investimento	1734	2643
Edifícios e Outras Construções	200 305	199 274
Equipamento Básico	209 045	175 618
Equipamento de Transporte	9976	8423
Equipamento Administrativo	21 017	21 535
Outros Activos Fixos Tangíveis	4128	3753
Total Activos Fixos Tangíveis	444 471	408 603
Software	3055	1379
Total Activos Intangíveis	3055	1379
	449 260	412 625

29. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os juros e rendimentos similares obtidos foram os seguintes:

	2019	2018
Ganhos		
Juros Obtidos		
Juros de Depósitos à Ordem (Nota 4)	104	315
Juros de Depósitos a Prazo (Nota 4)	7825	13 381
Outros	599	525
Diferenças de Câmbio	0	9727

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

Total	8528	23 948
-------	------	--------

Os juros obtidos referem-se a aplicações em depósitos a prazo para rentabilizar o excedente temporal de tesouraria, assim como a ganhos com depósitos à ordem remunerados.

30. Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

Na sequência do novo CIRPC (Lei n.º 82/VIII/2014), que entrou em vigor em 1 Janeiro de 2015, introduzindo a taxa autónoma, a rubrica Imposto sobre o Rendimento do Período apresentava o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018.

	2019	2018
Imposto Corrente	130 802	166 578
Imposto Diferido	3330	4367
Imposto de Incêndio	2616	3332
Taxa Autónoma	1979	1903
Total	138 727	176 181

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal é apresentada na tabela seguinte e baseia-se na declaração fiscal do Modelo 1B do IRPC.

	2019	2018
Resultado Antes de Impostos (RAI)	581 682	626 550
ACRÉSCIMOS	45 798	68 505
Correcções Relativas a Períodos de Tributação Anteriores	20 667	15 483
Depreciações e Amortizações Efectuadas Fora o Previsto no IRPC	164	0
Perdas por Imparidade em Créditos Não Aceites	7600	31 588
Outras Perdas por Imparidade Não Aceites	0	2748
IRPC, Tributação Autónoma e Outros Impostos	2722	0
Multas, Coimas e Encargos pela Prática de Infracções	0	343
Despesas Não Devidamente Documentadas	883	1165
Prémios de Seguros de Doença e Acidentes Pessoais	91	133
Imposto Único sobre o Património	37	364
"+" 30% Gastos com Viaturas Ligeiras de Passageiros ou Mistas	3833	3203
"+" 50% Gastos com Despesas de Representação	135	178
Realizações de Utilidade Social Não Dedutíveis	503	416
Donativos para além dos Limites Legais	4373	9198
Outras Correcções Não Previstas nos Campos Anteriores (NRF 21)	4790	3686
DEDUÇÕES	32 926	28 742
Correcções Relativas a Períodos de Tributação Anteriores	13 626	2076
Reversão de Perdas por Imparidade Tributadas em Períodos Anteriores	3399	9538
Benefícios Fiscais (artigos 30.º e 31.º do CBF)	1062	0
Outras Correcções Não Previstas nos Campos Anteriores (NRF 21)	14 839	17 128
ACRÉSCIMO NA MATÉRIA COLECTÁVEL	12 872	39 763
MATÉRIA COLECTÁVEL	594 554	666 313

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

CÁLCULO IMPOSTO

Imposto à Taxa Normal (1)	22%	130 802	166 578
Pagamentos Fraccionados (2)		134 847	112 534
IRPC Liquidado		-4045	54 044
Retenções na Fonte (3)		2144	2669
IRPC a Pagar (4)		-6189	51 375
Imposto de Incêndio (5)	2%	2616	3332
Tributações Autónomas (6)		1979	1903
Imposto Diferido (7)		3330	4367
TOTAL A PAGAR/A RECEBER (8)		-1594	56 611

Imposto sobre o Rendimento do Período (1+5+6+7)	138 727	176 182
---	---------	---------

O novo CIRPC alargou o leque das despesas não aceites fiscalmente, entre as quais se encontra a rubrica Despesas Não Devidamente Documentadas. Introduziu, ainda, o conceito da Taxa Autónoma, que é um imposto directo que incide sobre determinadas despesas, com particular relevo para as despesas resultantes de alguns benefícios atribuídos aos trabalhadores.

31. Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais Não Reconhecidos

Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa não tem passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no presente Anexo.

32. Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde e pela Empresa para a obtenção de financiamentos eram as seguintes:

Entidade Financeira	Emitente	2019	2018
Banco Comercial do Atlântico	Governo CV	132 000	532 000
Banco Africano de Investimentos	Enapor	38 957	38 957
		<u>170 957</u>	<u>570 957</u>

33. Divulgações sobre Diplomas Legais

À data de 31 de Dezembro de 2019, não existiam divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR, S.A. estivesse sujeita.

34. Outras Informações cuja Divulgação seja Considerada Relevante para a Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de Dezembro de 2019, não existiam outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

35. Eventos Subsequentes

À data de aprovação das demonstrações financeiras, a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus (covid-19) como pandemia. Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais encontram-se a tomar medidas

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

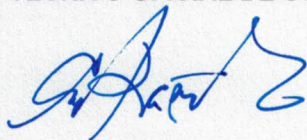
(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

excepcionais, e de carácter temporário, com o objectivo de conter a propagação do referido vírus, das quais poderão resultar restrições à actividade económica de Cabo Verde, e da Empresa. Assim, dependendo da evolução da referida pandemia, das medidas adoptadas, e a adoptar, e da evolução global da economia, poderão decorrer impactos negativos futuros na situação patrimonial da ENAPOR, cuja mensuração é, a esta data, incerta. Não obstante, o Conselho de Administração da ENAPOR entende que, de acordo com as informações disponíveis na presente data, incluindo a situação patrimonial da Empresa, o seu nível de liquidez e as projecções de fluxos de caixa a curto prazo, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da ENAPOR em 31 de Dezembro de 2019, se mantém apropriado.

36. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 25 de Março de 2020.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





09

RELATÓRIO DE
AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo Verdianos – mECV.)

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (a “Entidade” ou “ENAPOR”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de mECV. 6.779.896 e um total de capital próprio de mECV. 3.351.426, incluindo um resultado líquido de mECV. 442.955), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas (i) a (v) na seção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida nas alíneas (vi) e (vii) da mesma seção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

- (i) Não obtivemos, até à presente data, respostas de diversos clientes e fornecedores da Entidade aos nossos pedidos de confirmação de saldos, com referência a 31 de dezembro de 2019, os quais, de acordo com os registos contabilísticos da Entidade, naquela data, encontram-se incluídos nas rubricas de “Clientes”, “Fornecedores”, “Outras Contas a pagar”, “Financiamentos obtidos – passivo não corrente” e “Financiamentos obtidos – passivo corrente”, nos montantes de mECV. 199.376 (líquido de perdas por imparidade de mECV. 168.166), mECV. 17.765, mECV. 1.966, mECV. 1.956.743 e de mECV. 235.240, respetivamente. Por outro lado, não obtivemos reconciliação dos saldos que nos foram confirmados, com referência a 31 de dezembro de 2019, por quatro clientes, oito fornecedores da Entidade, no montante total de mECV. 121.250, mECV. 38.788, respetivamente, cujo saldo correspondente, naquela data, de acordo com os registos contabilísticos da Entidade, ascende a mECV. 198.672, mECV. 12.690, registados na rubrica de “Clientes” e “Fornecedores”. Por outro lado, não obtivemos reconciliação e/ou outra informação relativa à divergência entre o saldo a pagar indicado na resposta obtida da Direção Geral do Tesouro, com referência a 31 de dezembro de 2019 no montante de, aproximadamente, mECV. 1.120.164. Adicionalmente, o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2018, datado de 29 de março de 2019, inclui uma reserva por limitação de âmbito similar aos assuntos acima referidos. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019.
- (ii) Não obtivemos, até à presente data, resposta de cinco consultores legais ao nosso pedido de indicação de processos envolvendo a Entidade, com referência a 31 de dezembro de 2019 (seis consultores legais com referência a 31 de dezembro de 2018). Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos deste assunto, se alguns, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019.

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2020. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

- (iii) No decurso do exercício de 2019, a ENAPOR procedeu ao registo de uma compensação de saldos a receber e a pagar a entidades pertencentes ao universo do Estado de Cabo Verde, no montante de mECV. 45.388, afetando o saldo das rubricas de "Outras contas a receber" e "Financiamentos obtidos" em 31 de dezembro de 2019. Contudo, não obtivemos, informação de suporte à aceitação daquela compensação por parte das entidades estatais envolvidas. Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos deste assunto, se alguns, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019.
- (iv) O balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2019 inclui nas rubricas de "Clientes", "Outras Contas a receber" e "Acionistas/Sócios" contas a receber de organismos públicos ou empresas participadas pelo Estado de Cabo Verde no montante de, aproximadamente, mECV. 110.243 (líquido de perdas por imparidade no montante de mECV. 153.440), mECV. 11.344 e mECV. 9.937, respetivamente, que apresentam antiguidade. Adicionalmente, o saldo da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" em 31 de dezembro de 2019 no montante de mECV. 526.785 inclui: i) Imposto Único sobre o Rendimento a recuperar no montante de mECV. 10.743 que apresenta antiguidade e; (ii) contas a pagar (iii) contas a receber relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") no montante de mECV. 494.154 relativo ao saldo de IVA a receber apurado desde o exercício de 2012. Sobre este saldo, importa mencionar que, no decurso do exercício de 2018, a Entidade foi inspecionada pela autoridade fiscal cabo-verdiana, tendo no seu relatório, apresentado uma liquidação adicional relativamente ao exercício de 2014, no montante de mECV. 218.507, a qual foi objeto de reclamação pela Entidade (Nota 13.1), não tendo existido desenvolvimentos desde então. Adicionalmente, o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2018, datado de 29 de março de 2019, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com os assuntos acima referidos. Não obtivemos informações suficientes que nos permita concluir quanto ao momento e valor de realização daquelas contas a receber em 31 de dezembro de 2019 bem como quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade nessa data.
- (v) Não obtivemos, até à presente data, a informação de suporte que justifique as diferenças existentes entre o sistema operacional de suporte à receita da Entidade, designado por "Janela Única Portuária" ("JUP") e os registos contabilísticos da Entidade para o exercício de 2019, nomeadamente no que respeita a um conjunto de operações registadas contabilisticamente no montante de, aproximadamente, mECV. 22.540 que não se encontram suportadas no sistema "JUP", para além de diversas operações constantes no sistema "JUP" que não constam dos registos contabilísticos da Entidade no exercício de 2019 e que não nos foi possível quantificar. Esta situação evidencia a existência de deficiências de controlo interno ao nível da receita, sendo de realçar que o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 inclui uma reserva relacionada com os assuntos acima mencionados. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre os efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019, nomeadamente na rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços".
- (vi) O balanço da Empresa em 31 de dezembro de 2019 inclui contas a receber de entidades privadas no montante de, aproximadamente, mECV. 324.884 (já deduzido de perdas por imparidade acumuladas no montante de, aproximadamente mECV. 77.286). A nossa análise ao valor de realização daquelas contas a receber, naquela data, revelou que aquelas perdas por imparidade acumuladas se encontram insuficientes no montante de, aproximadamente, mECV. 30.669 (este montante refere-se, em parte, a entidades relativamente às não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos (alínea (i) acima)). Consequentemente, o ativo e o resultado líquido do exercício de 2019 encontram-se sobreavaliados no montante de, aproximadamente, mECV. 30.669, respetivamente.
- (vii) A ENAPOR obteve, em 1982, através do Decreto-Lei nº 58/82, de 19 de junho, a Concessão da exploração económica dos portos existentes na Republica de Cabo Verde, com base na qual a Entidade passou a utilizar um vasto conjunto de bens de domínio público, sem, contudo, terem sido definidas algumas condições associadas à sua exploração, nomeadamente, o seu prazo e contrapartidas financeiras. Em 12 de setembro de 2013, através do Decreto-Legislativo nº1 /2013, foi alterada a Lei dos Portos de Cabo Verde, que veio atribuir à Entidade a figura de concessionária geral dos mesmos, competindo-lhe exercer as atribuições do Estado de Cabo Verde em matéria de administração, gestão e exploração de portos, terminais e zonas portuárias, sendo-lhe, ainda, permitida a subconcessão

daquelas atividades a entidades privadas. Em 18 de maio de 2015, através do Decreto-Lei nº 31/2015, foi aprovado as Bases da Concessão dos Portos de Cabo Verde, redefinindo o quadro jurídico geral da Concessão dos Portos, bem como as bases gerais das subconcessões de gestão, exploração e operação portuária e serviços portuários, aprovando ainda o modelo de regulação económica do sector portuário. Este diploma mantinha a ENAPOR como Concessionária Geral dos portos de Cabo Verde, mediante a celebração do correspondente contrato que veio a ocorrer em 18 de janeiro de 2016, sob o título de "Contrato de Concessão Geral do Serviço Público Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde" ("Contrato de Concessão"), em conformidade com os objetivos preconizados na Resolução nº 52/2015, de 15 de junho, apesar de não termos obtido evidências que o contrato tenha sido objeto de publicação em Boletim Oficial.

O Contrato de Concessão veio a definir que: (i) os bens a ela afetos são aqueles que vierem a ser utilizados pela Concessionária para a prestação de atividades e serviços portuários ou outros serviços conexos e que se destinem à realização do serviço público objeto da concessão; (ii) a Concessão tem por objeto a exploração do serviço público Portuário e a gestão, administração e manutenção dos Portos de Cabo Verde; (iii) a Entidade é titular do direito de propriedade dos bens afetos à Concessão que não integrem o domínio público ou que não sejam propriedade privada de outras entidades públicas ou privadas; (iv) todos os bens que a Entidade venha a adquirir na vigência da Concessão integram o seu património privativo, salvo se, em virtude da lei e nos termos desta, devam integrar o domínio público; (v) o prazo da Concessão é de 50 anos a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por um período máximo de vinte anos; (vi) extinguindo-se a Concessão por qualquer motivo reverterem para o Estado de Cabo Verde todos os bens e direitos afetos à Concessão, sejam ou não propriedade da ENAPOR, obrigando-se a ENAPOR a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste inerente à sua utilização, e livres de quaisquer ónus e encargos, não sendo legítimo invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção. Adicionalmente, caso a reversão dos bens não ocorra tal como indicado anteriormente, a ENAPOR deverá indemnizar o Estado de Cabo Verde; e (vii) são devidas rendas pela ENAPOR pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, as quais serão determinadas em 10% da receita total proveniente da cobrança por tarifas das atividades sujeitas a regulação económica, nos Portos objeto da Concessão.

Nestas circunstâncias, a Entidade deveria ter procedido, e não procedeu, à análise e registo nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 dos efeitos decorrentes da adoção, por supletividade, da "International Financial Reporting Interpretations Committee nº 12 – Service Concession Arrangements" ("IFRIC 12") de 1 de janeiro de 2008, tendo mantido, nomeadamente, os procedimentos de reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos afetos à Concessão que tinham vindo a ser adotados antes da assinatura do Contrato de Concessão, encontrando-se os mesmos incluídos em 31 de dezembro de 2019, essencialmente na rubrica de "Ativos fixos tangíveis", cujo saldo total ascende, naquela data, a mECV. 5.220.875 (líquido de depreciações acumuladas de mECV. 7.861.556) (mECV. 4.840.998 líquido de depreciações acumuladas de mECV. 7.420.060 em 31 de dezembro de 2018).

Importa ainda referir, por outro lado, que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 não incluem os efeitos decorrentes de eventuais rendas por faturar à Entidade pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, conforme previsto no Contrato de Concessão supra mencionado.

Não obtivemos informações suficientes, até à presente data, que nos permitisse concluir sobre os efeitos dos assuntos acima mencionados, que entendemos ser significativos, nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2019.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Apesar das incertezas decorrentes da Pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada com a propagação em todo o mundo do novo coronavírus (Covid-19), e consequentes medidas excepcionais e temporárias adotadas e a adotar pelas autoridades competentes a nível local e internacional, bem como dos impactos das mesmas na envolvente económica e na atividade da ENAPOR, o Conselho de Administração confirma que, tendo por base as informações disponíveis na presente data, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da ENAPOR em 31 de dezembro de 2019, se mantém apropriado.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 27 de março de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes, ROC



10

**PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

ENAPOR

EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, SA

Mindelo - S.Vicente – Cabo Verde

**RELATÓRIO E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO**

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 31/12/19

Mindelo, Março 2020

Auditor Certificado Manuel J. Monteiro – Cédula nº 0017 - OPACC

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2019
DA
EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao abrigo das competências constantes dos artigos 28º, 29º e 30º dos Estatutos, definindo funções, competências e poderes do Fiscal Único, coadjuvados com os artigos 333º, 334º, 335º e 344º do CSC – Código das Sociedades Comerciais de Cabo Verde, analisamos as demonstrações financeiras da **Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA**, abreviadamente **ENAPOR, SA**, com sede em Mindelo, ilha de S. Vicente, anexas a este relatório e constituídas por balanço, demonstração dos resultados e o mapa de fluxos de caixa, respeitante ao exercício económico, findo em 31 de Dezembro de 2019, concluímos terem sido as mesmas peças elaboradas de acordo com o SNCRF – Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro de Cabo Verde, foram produzidos recomendações e outros procedimentos que achamos pertinentes, para opinarmos sobre as mesmas.

Desde a nossa nomeação na Assembleia Geral de 17 de Agosto de 2017 (Acta nº 31), demos um acompanhamento possível a sociedade, participamos em todas as Assembleias Gerais e através do Conselho de Administração, tomamos conhecimento das decisões registadas em actas para sintonizarmos com os objetivos da Enapor, SA. Também recebemos dos executivos, através da Direção Financeira, informações e balancetes trimestrais e outros elementos quando solicitados. Para o nosso parecer relevamos os seguintes pontos:

I - Resultado operacional – a diminuição do resultado operacional em 35,575 mECV, apesar do aumento do volume de negócio desse setor (2,7%), aumento de mais carga

(71,3 tons), com redução de escala de navios (-78 navios), essa redução é originada, fundamentalmente na entrada em vigor dum novo tarifário. A faturação global de 3,190,421 mECV (-3,3% em relação a 2018), teve em conta as políticas nacionais para o sector marítimo, reduzindo as tarifas de despesas portuárias para utentes dos serviços da Enapor. Uma outra consequência adveio dos gastos com consumos de materiais armazenáveis, nomeadamente os combustíveis, com um aumento de 18,396 mECV, apresentando um resultado operacional bruto de 3,084,558 mECV (3,120,133 mECV em 2018).

II - Dívidas a receber - as dívidas a receber no montante de 1,026,522 contos, inclui clientes c/c 498,253 mECV, clientes de cobrança duvidosa 167,605 mECV, dívidas do Estado (IVA) de 504,897 mECV e outros devedores de 86,493 mECV, acaba por não traduzir uma situação verdadeira e clara do Balanço da empresa, pela antiguidade de algumas dívidas e por já se ter criado imparidades de 230,726 mECV (cerca de 35% * dívidas de clientes), sendo 143,701 mECV para cobrir dívidas do sector público estatal. O CA da Enapor, na sua sessão de 05/12/19, propôs ao Ministério das Finanças (Acionista único) um encontro de contas, com base na Lei que aprova o OE de 2016. Vejamos que a lei fiscal não autoriza criação de imparidades/provisões para as dívidas do Estado, no entanto, a Enapor dispõe nas suas contas dum valor de 143,701 mECV em imparidades para cobrir dívidas do Setor Público Estatal. É nossa opinião que o Ministério das Finanças deve pronunciar sobre a situação das dívidas, principalmente num momento que já autorizou a Enapor a concessionar os Portos de Cabo verde.

III - Inventários – os inventários não foram acompanhados pela auditoria externa, o que vem deixando os mesmos em reserva, tanto para valores de avaliação, como para valores de imparidade. Internamente, fez-se inventários físicos com responsáveis da Enapor e analisando os dados, o inventário cresceu globalmente 11,997 mECV, sendo esse aumento atribuído, fundamentalmente a acessórios para equipamento hidráulico e pneumáticos, combustíveis e vestuários do pessoal, mantendo a imparidade 49,026 mECV (38.7% do total)

IV - Gastos de estrutura –os gastos de estrutura do exercício em análise, aumentaram globalmente 66,756 mECV e destacaremos: i) Os fornecimentos e serviços externos, reduziram globalmente 1,405 contos, para além dessa redução

cerca de 85,383 mECV de água e eletricidade foram vendidos com margem bruta de 20%, na conservação e manutenção apresenta uma redução de 25,176 mECV, mas que se deve acrescentar gastos com materiais consumidos do stock no valor de 42,838 mECV ii) Gastos com o pessoal, globalmente aumentaram 68,161 mECV em relação a 2018 (+5,5%), resultante do aumento das remunerações do pessoal (de realçar que a Enapor trabalhou com 921 trabalhadores do quadro de pessoal (administrativo e estiva) e mais 669 trabalhadores ocasionais. O balanço social do pessoal do quadro sofreu uma pequena mutação de -2 trabalhadores, o que em nº não espelhou ainda a política de reforma incentivada antecipada, proposto nos anos anteriores. Os gastos com o pessoal constituíram no exercício cerca 76 % dos gastos globais de estrutura iii) Um outro gasto de estrutura que seria de considerar – renda da concessão – resultante do contrato de Concessão Geral do Serviço Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infra-estruturas Portuárias de Cabo Verde, em conformidade com os objectivos preconizados na Resolução nº 52/2015 de 15 de Junho, onde Enapor, SA, pagaria 10% da receita total das cobranças proveniente de tarifas de actividades sujeitas a regulação económica nos Portos, objecto da concessão, no entanto e para assegurar o tratamento contabilístico do contrato de concessão, a Enapor teria de recorrer, supletivamente, das normais internacionais de contabilidade, mais concretamente da IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee (12 – Acordos de Concessão de Serviços), não depreciando os bens da concessão. Não vimos condições de materializar esse objetivo do Governo de Cabo Verde, pelo desfasamento que traria na apresentação das contas

V - Investimentos/financiamento – dos projectos aprovados para 2019 no valor de 522,290 mECV, realizou-se 423,502 mECV (81% * previsto), tendo integrado no exercício 773,302 mECV, incluindo os projetos em curso em 31.12.18 (Terreno e rampa P. Tarrafal 35,959 mECV; Equipamentos portuários do P. Grande 144,336 mECV e Rebocador e empilhadores para P. Praia 593,007 mECV). Em 31.12.19 transitam para exercício seguinte projetos em curso no valor de 349,800 mECV, onde inclui o Projecto do Terminal de Cruzeiros do Porto Grande (182,933 mECV, Pipe line gasolina Palmeira (39,222 mECV), Expansão Porto Inglês 75,645 mECV e Outros investimentos (52,000 mECV). Ainda dentro dos Ativos intangíveis encontrava-se em curso – Projeto Chek In de Passageiros e Bagagens, acumulando o valor de 19,544 mECV. Dos projetos programados e não realizados, nenhuma causa foi atribuída a


Enapor, na falta do seu arranque e/ou conclusão, mas sim contingências externas. Os planos de financiamento foram cumpridos e existia parte dos fundos em Bancos para o efeito, no entanto, em 2019 recorreu-se ao BCA para um financiamento bancário de 150,000 mECV, continuando um aval do Gov.CV de 132,000 mECV. Os financiamentos de curto prazo têm programação para o seu cumprimento atempado. A Enapor, continua a sentir necessidade de destrinçar os investimentos de concessão, dos investimentos recebidos no âmbito do contrato de concessão do Estado, fazendo adaptação as normas internacionais sobre concessões.

VI - Tesouraria - relativamente a tesouraria, os fluxos de caixa das actividades operacionais produziu um excedente de 876,623 mECV, que seria suficiente para cobrir os fluxos de actividades de investimento, mas devido a outros compromissos financeiros teve que desmobilizar fundos acumulados em exercícios anteriores de 250,000 mECV e poder cumprir com pagamento dos financiamentos em carteira de 419,917 mECV (capital + juros) e pagar dividendos de 190,360 mECV. Para essa engenharia financeira a Enapor teve que recorrer a financiamentos de 216,000 mECV. Com o nível que a tesouraria chegou a 31.12.19, vai ter dificuldade em materializar alguns projetos, mesmo descapitalizando os valores existentes em bancos, se não se melhor o nível de cobrança.

VII - Aprovação - tendo em conta os exames e análises efectuados, relevando as reservas do auditor independente, a nossa opinião é favorável a aceitação das: (i) Demonstrações Financeiras de 2019; (ii) Relatório do Conselho de Administração; (iii) Relatório do auditor independente e que fazem parte integrante deste relatório do FU-Fiscal Único.

Mindelo, 30 de Março de 2020

O Fiscal Único


Manuel de Jesus Monteiro
Auditor Certificado



SEDE: C.P 82, Mindelo - S.Vicente | Tel: +238 230 75 00

E-mail: marketing@enapor.cv | Site: www.enapor.cv